



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge é uma jovem empresa – nasceu em 2018, por meio de uma cisão das atividades da Codemig, essa uma velha conhecida do povo mineiro. Com a Codemig, ficou a parceria com a CBMM para exploração de nióbio em Araxá; com a Codemge, o propósito de continuar a promoção do desenvolvimento em Minas Gerais, em suas diferentes nuances. Em 2023, ano em que a Codemig completa 20 anos, a Codemge, sua herdeira, eleva essa missão ao estado da arte, sempre buscando eficiência e gestão responsável dos recursos públicos, e se reinventa mais uma vez, consolidando-se como braço técnico do estado de Minas Gerais em projetos de concessões e PPPs, além de manter sua atuação estratégica em favor do desenvolvimento do estado, notadamente em projetos de mineração.

A melhoria contínua da gestão reflete-se nos números financeiros. Em 2023, o Grupo Codemge atingiu lucro recorde de R\$ 1,7 bilhão. Considerando apenas o resultado da Codemge, também batemos recorde, com R\$ 888 milhões de lucro líquido. Naturalmente, o resultado da Codemge é consequência direta de sua participação de 51% na Codemig, detentora de resultados consistentes oriundos da exploração do nióbio. Entretanto, a busca por gerir de maneira eficiente seus recursos e, especialmente, seus ativos, vem trazendo resultados importantes para a Codemge: redução das despesas gerais e administrativas, com queda de 39% em relação a 2019; aumento de 22% no lucro bruto operacional da empresa, ou seja, sem o nióbio, no mesmo período; e receitas financeiras quase 4 vezes maiores que há cinco anos, em parte impulsionadas pela alta de juros, mas também refletindo melhorias na gestão do caixa e das aplicações financeiras. Fazendo uma conta simples e apenas excluindo do resultado da Codemge o resultado da Codemig, saímos de um prejuízo de quase R\$ 195 milhões em 2019 para um lucro de mais de R\$ 79 milhões. Se, por outro lado, desconsiderarmos do resultado do Grupo Codemge, além do resultado da SCP, também as receitas e despesas não recorrentes e as despesas relacionadas diretamente a iniciativas do acionista, como convênios e patrocínios, atingimos um lucro líquido de R\$ 181 milhões em 2023.

Esses resultados são consequência, especialmente, de duas iniciativas: a gestão contínua dos ativos da Codemge e a busca por eficiência em seus processos. Em 2023, a Codemge manteve sua diretriz de alienar ativos não relacionados a sua estratégia e que possam ser mais bem aproveitados pela iniciativa privada, gerando impacto social positivo. Também lançou o Simplifica Codemge, com o intuito de evitar desperdícios de tempo e de dinheiro em seus processos.

Em 2019, a Codemge detinha 10 participações acionárias diretas, 4 projetos de P&DI, 4 fundos de investimento. Com a venda das participações na IAS e na Helibras, logo no início de 2023, diminuímos esse número para 4 participações. Em relação aos projetos, finalizamos o apoio ao MGgrafeno, por meio de um contrato que reconhece participação de 49% para a Codemge em caso de benefícios econômicos oriundos da propriedade intelectual gerada pelo projeto. Vendemos o LabFabITR para a FIEMG, que terá condições de colocá-lo em operação, pavimentando caminhos importantes para a inovação em Minas Gerais. Concluímos a venda das duas principais investidas do FIP Aerotec, a Unicoba e a Xmobots. Todas essas ações comprovam que estamos no caminho certo, fechando ciclos importantes para a Codemge e redirecionando seus recursos para onde conseguimos gerar mais desenvolvimento para o estado.

A gestão eficiente dos recursos da Codemge e da Codemig significa maiores resultados que, por sua vez, são materializados em mais dividendos para o acionista. Só em 2023, as companhias distribuíram juntas R\$ 1,3 bilhão ao Estado de Minas Gerais, R\$ 585 milhões pela Codemge e R\$ 701 milhões pela Codemig, novamente batendo recorde de repasse de recursos.

Resultados financeiros são importantes, mas o legado que a Codemge quer construir não se restringe a números. Os esforços da Codemge para se posicionar como uma empresa de soluções para o estado – muito além de soluções financeiras – estão gerando resultados palpáveis: fomos reconhecidos como ator importante na estratégia de ampliar as concessões e PPPs em Minas Gerais, passando a integrar o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGPPP, conforme definido no Decreto nº 48.670/2023; estamos elaborando o Plano Estadual de Logística e Transportes de Minas Gerais – PELT MG; estamos atuando na melhoria da infraestrutura de serviços prestados pelo estado aos mineiros em diversas frentes, como logística, saúde e saneamento; continuamos apoiando a cultura e o turismo no estado, por meio de arrendamento e concessão dos equipamentos culturais detidos pela Codemge em diversos municípios de Minas Gerais e por meio de patrocínio direto a diversas iniciativas.

As oportunidades são enormes. Em um estado com vasto território e diversas carências de infraestrutura, nós nos posicionamos como um ator importante da política de concessões e PPPs. Benchmarkings internacionais comprovam que políticas como essa encontram maior êxito quando contam com um escritório especializado no tema, e é isso que ambicionamos: ser reconhecidos pelo mercado como o melhor estruturador de projetos de concessões e PPPs do Brasil antes de 2028.

Em um contexto em que a agenda ESG (Ambiental, Social e Governança) ganha relevância crescente, queremos ajudar o estado a inovar e a criar condições propícias para a atração de iniciativas ligadas à economia verde e, nesse sentido, fazemos parte da aliança Rota da Descarbonização. Ademais, em um dos principais estados mineradores do Brasil,

com tradição e história ligadas ao setor, a Codemge investirá em 2024 em dois projetos fundamentais para a mineração do futuro, mais inovadora e menos agressiva ao meio ambiente: o Marketplace da Mineração, uma plataforma para estimular negócios na área, e o Projeto Reminas, que dará nova vida a locais onde a atividade minerária foi paralisada ou descontinuada, seja a retomada da atividade econômica, seja a revitalização do local e atribuição de novo propósito, evitando, assim, inúmeros passivos ambientais para Minas Gerais.

O compromisso com a ética e a transparência permeia toda a atuação da Companhia, e não poderia ser diferente. Investimos em iniciativas de engajamento da equipe, como a cartilha em “mineirês”, contendo diretrizes do Código de Conduta, Ética e Integridade da Companhia. Não por acaso, fomos agraciados com dois prêmios no 4º concurso “Destaque do Controle”, promovido pela Controladoria-Geral do Estado (CGE-MG).

Após três anos à frente da Codemge, resta-me a certeza de que somos uma empresa em constante transformação, assim como Minas Gerais. Diariamente aprendemos com os erros, exaltamos os acertos e buscamos sempre inovar, com soluções customizadas para os desafios do nosso estado. Estaremos preparados para os desafios que surgirem e continuaremos apoiando o estado a melhorar suas condições de atração de investimentos privados, sempre com foco na geração de emprego e renda para os cidadãos mineiros.



Thiago Coelho Toscano

Diretor-Presidente



PERFIL CORPORATIVO

A Codemge

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) é uma empresa estatal integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Minas Gerais, organizada sob a forma de sociedade por ações, sendo o Estado seu acionista controlador, com 99,99% de suas ações.

Instituída em 2018, mediante uma reorganização societária da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), a Codemge assumiu as competências e negócios anteriormente relacionados à Codemig, tendo por objeto, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, “promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar, de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros”.

A Codemge é acionista majoritária da Codemig, com 51% de participação, sendo as demais ações detidas pelo Estado de Minas Gerais. A Codemig, por sua vez, é sócia participante em uma Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) para a exploração de nióbio, sendo essa a principal fonte de receita do Grupo Codemge. A figura a seguir apresenta a estrutura societária do Grupo Codemge:



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

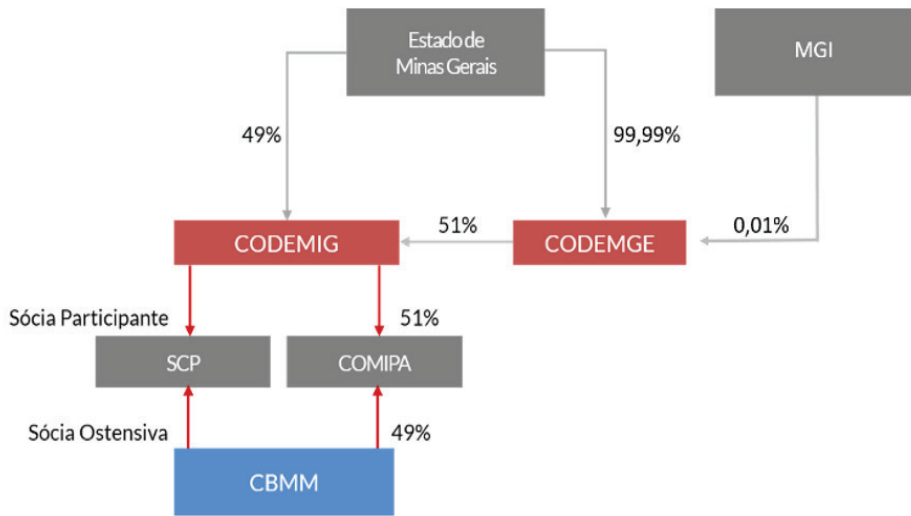


Figura 1: estrutura societária do Grupo Codemge

A Codemig

A Codemig foi criada em 17 de dezembro de 2003 pela Lei Estadual nº 14.892, a partir da alteração da denominação social da Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG) e da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI/MG) e da Empresa Mineira de Turismo (Turminas), além dos ativos da extinta Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais (Codeurb).

Até 2018, a Companhia era responsável por diversos projetos e ações de fomento ao desenvolvimento econômico do Estado, que, após cisão parcial, foram então assumidos por sua acionista majoritária, a Codemge.

A Codemig é hoje uma sociedade de economia mista da administração indireta do Estado de Minas Gerais. Por meio da participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), a Codemig dedica-se à exploração do nióbio.

Nióbio

Usado principalmente em ligas metálicas e em aços especiais, o nióbio confere aos compostos importantes propriedades, permitindo seu emprego na fabricação de turbinas de aeronaves, automóveis, de tubulações de gás sob alta pressão, placas para plataformas marítimas, pontes, viadutos e edifícios.

Outras aplicações incluem a fabricação de vidros e de cerâmicas especiais, usadas em receptores de televisão e outros equipamentos; a produção de catalisadores químicos; os usos em aparelhos de medicina diagnóstica e até mesmo em aceleradores de partículas de alta energia. Novas ligas e compostos que utilizam o nióbio seguem sendo desenvolvidos, o que deve ampliar o leque de aplicações do mineral e aumentar a demanda por sua extração.

A Codemig e a CBMM são sócias na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa) para lavrar o minério das minas do Barreiro (Araxá), formada pelos direitos minerários das duas acionistas. Ambas as empresas (Codemig e CBMM) também são sócias em uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), em que a CBMM é a sócia ostensiva.

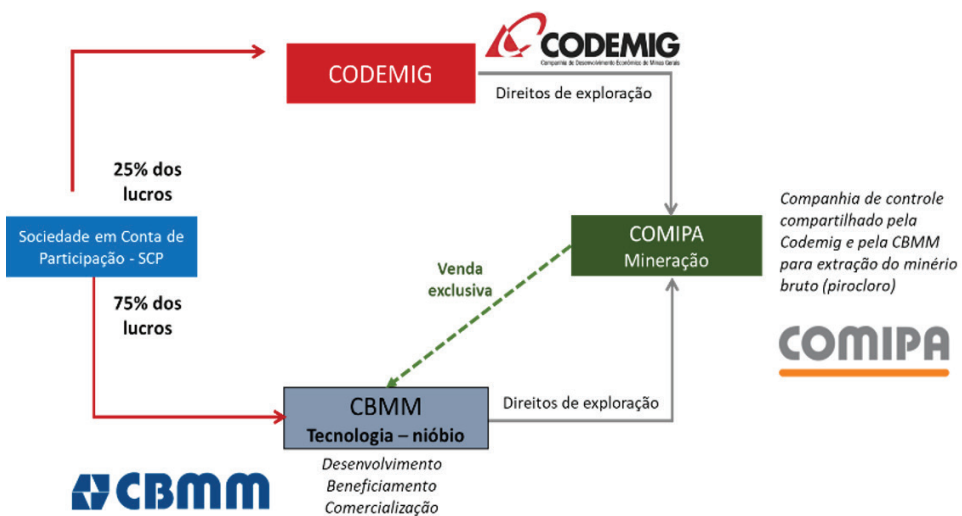


Figura 2: síntese do modelo operacional da exploração de nióbio

No âmbito da parceria, a Codemig e a CBMM arrendam suas minas à Comipa, responsável pela extração mineral e por gerenciar as jazidas de nióbio pertencentes à Codemig e à CBMM. A Comipa vende o minério à CBMM, que industrializa e comercializa o nióbio, repassando à Codemig 25% do lucro líquido obtido. O acordo com a CBMM foi iniciado em 1973, confirmado em 2002 e está válido até 2032.



MODELO DE NEGÓCIO

A Codemge vem trabalhando em seu reposicionamento estratégico. Se, por um lado, avaliou sua carteira de ativos, promovendo a saída daqueles não alinhados com sua estratégia e que podem ser mais bem geridos pela iniciativa privada, por outro, concentrou-se em se tornar um importante ator no ecossistema de desenvolvimento mineiro, buscando soluções simples e efetivas em prol da geração de emprego e renda no estado.

PRINCÍPIOS NORTEADORES



Facilitar a promoção do desenvolvimento econômico e social em Minas Gerais.



Gestão eficiente e transparente

Buscamos resultados de impacto, com adequada alocação de recursos, orientados pelas melhores práticas de governança.

Responsabilidade social

A sociedade mineira é o nosso cliente – trabalhamos para o seu bem-estar.

Colaboração com foco no resultado

Acreditamos que chegamos mais longe quando colaboramos uns com os outros e quando colaboramos com o ecossistema mineiro de desenvolvimento. Não importa “quem fez”, mas, sim, o resultado alcançado.

Inovação

Pensamos fora da caixa e buscamos viabilizar soluções práticas para questões complexas da Companhia e de Minas Gerais.



Ser um vetor de atração de investimentos privados para Minas Gerais, sendo reconhecido pelo mercado como o melhor estruturador de projetos de concessões e PPPs do Brasil antes de 2028.

ESTRATÉGIA

O Planejamento Estratégico da Codemge vem trazendo, nos últimos anos, elementos importantes sobre o reposicionamento da Companhia. Visando a um processo contínuo de aperfeiçoamento e relevância da sua atuação empresarial, a Companhia, por meio do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo – PNELP (2024-2028), traz alguns novos elementos com relação ao PNELP anterior, embora haja claramente uma continuidade na estratégia de maneira geral.

Incluída como uma das perspectivas do Mapa Estratégico no planejamento 2024-2028, a comunicação assume papel central na consolidação do reposicionamento da Codemge, com o objetivo de fortalecer a imagem da Companhia como relevante ator no fomento e promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, a Codemge tem investido em mostrar para o público geral suas diversas linhas de atuação e sua relevância para o ecossistema de desenvolvimento mineiro, especialmente por meio da divulgação de sua marca em patrocínios e por meio de campanhas publicitárias. Em 2024, a Codemge continuará a apoiar iniciativas culturais em Minas Gerais e a gerar conhecimento para o público mineiro acerca dos desafios enfrentados para o desenvolvimento do estado e de como a Codemge aloca seus recursos financeiros e humanos em prol de Minas Gerais e dos mineiros. Ademais, estão previstos para este ano a reformulação da identidade visual da marca e o lançamento do novo site corporativo da Companhia, com o intuito de facilitar a navegação dos usuários, com foco especial para o portfólio de serviços oferecidos pela Companhia.

As perspectivas que integram o Mapa Estratégico da Codemge são divididas em quatro grupos: na base da pirâmide, é apresentada nossa forma de atuar; em seguida, são apresentados nossos dois grandes eixos de atuação; por fim, nos dois degraus acima da pirâmide, estão os produtos que a Codemge entrega para a sociedade, que norteiam toda a atuação da Companhia, quais sejam, a busca pelo uso adequado de seus recursos disponíveis e a atuação como suporte ao ecossistema de desenvolvimento mineiro.

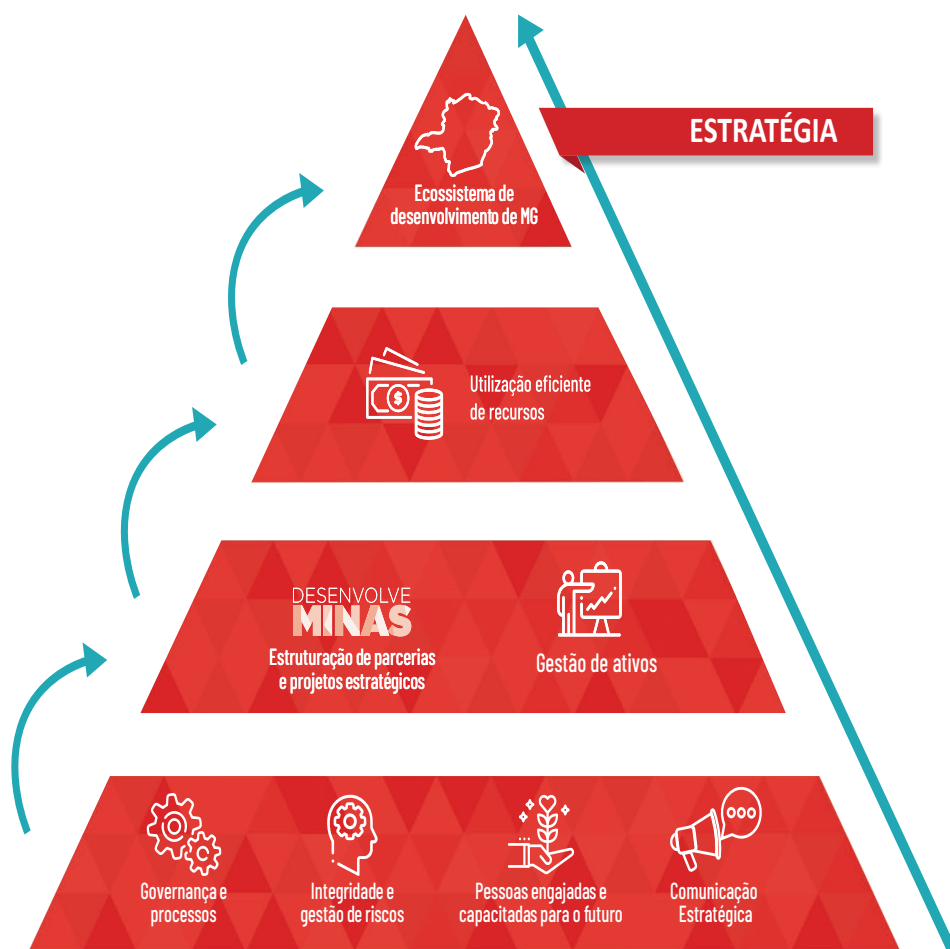
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma


Figura 3: Mapa Estratégico PNELP 2024-2028

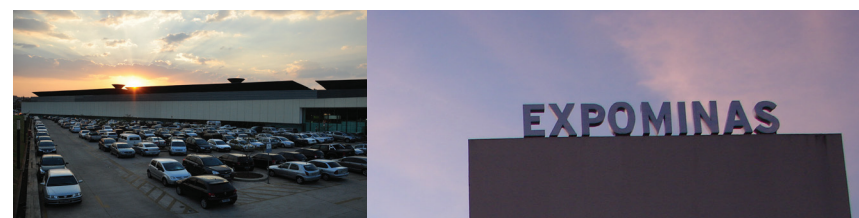
para o Consórcio Chevals/Perfil
 Expominas Belo Horizonte – concedido para a Nutribom
 Expominas Juiz de Fora
 Expominas São João del-Rei

• Parques e Balneários:
 Thermas Antônio Carlos (Poços de Caldas)
 Parque das Águas de Caxambu
 Balneário Gabriel Passos (Tiradentes) – arrendado para a Cantina do Ítalo

• Hotéis:
 Grande Hotel de Araxá – arrendado para o Grupo Tauá
 Palace Hotel e Cassino (Poços de Caldas) – arrendado para Consórcio Carlton-Village

• Outros ativos culturais:
 Centro de Cultura Presidente Itamar Franco (Belo Horizonte)
 Museu das Águas de Lambari

• Distritos Industriais:
 A CODEMGE tem 54 Distritos Industriais, implantados em 45 municípios, sendo que 25 estão sob sua gestão e os outros 29 foram municipalizados. Ao todo, há cerca de três mil empresas nos 12 mil terrenos existentes. A área total comercializada em 2023 ultrapassa a marca de 522 mil metros quadrados. Os lotes vendidos estão localizados nos municípios de Santa Luzia, Uberlândia, Pirapora, Unai e Uberaba, totalizando R\$ 4,8 milhões.


Estruturação de parcerias e projetos estratégicos

GESTÃO DE ATIVOS

A Codemge conta com uma diversificada carteira de ativos que é, ao longo da história da Companhia, constantemente avaliada com o intuito de dar a melhor destinação econômica, financeira e social para o patrimônio.

Além de sua participação de 51% na Codemig, a Codemge conta com 4 participações diretas minoritárias: participação de 49,5% no BiotechTown; participação de 23% no Grupo Datora; participação em uma Sociedade em Conta de Participação (SCP) criada para explorar economicamente, em conjunto com a MinasBev, as jazidas e marcas de água mineral Caxambu e Cambuquira; e participação de 25% na Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para gerir o Parque do Palácio.

Outros ativos geridos pelo Grupo são: participações em três Fundos de Investimento em Participações; direitos minerários de águas minerais, fosfato, calcário, esponjilito, argila, além do direito minerário ligado à exploração de nióbio, arrendado à Comipa; e ativos imobiliários com diversas finalidades, entre eles:

• Centros de Feiras e Eventos:
 Minascentro (Belo Horizonte) – concedido



Em 2023, a Codemge deu importantes passos em direção a seu reposicionamento estratégico, que começou em 2021, com o Desenvolve Minas. Lançado com o objetivo de reposicionar a Codemge no desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, a iniciativa liga as esferas pública e privada, tornando a Companhia um facilitador e promotor da atração de investimentos no estado, sem necessariamente investir recursos próprios. Dessa maneira, a Codemge usa sua expertise e seu capital humano a favor do desenvolvimento de Minas Gerais, seu objeto social, de forma autossuficiente.

Por meio do Decreto Estadual nº 48.670/2023, que define a Política de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) do Governo Estadual, a CODEMGE passou a desempenhar um papel integral em todas as fases dos empreendimentos de concessão e PPPs. Sob a supervisão da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra) e como parte do Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), a Companhia tornou-se responsável pela integração e coordenação das demandas dos projetos de concessões e PPPs em Minas Gerais. Assim, a CODEMGE consolidou seu reposicionamento estratégico, tornando-se oficialmente a entidade estruturadora de projetos nesse contexto no estado.

Mais informações sobre os projetos, a estratégia, os resultados, a governança e a gestão de riscos do Grupo Codemge podem ser encontradas em seu site corporativo e em seu Relatório de Gestão, publicado anualmente (<http://www.codemge.com.br/a-codemge/relatorio-de-gestao/>).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos a Governança Corporativa tem sido um dos alicerces do planejamento estratégico da Codemge. A Companhia tem buscado continuamente aperfeiçoar seus mecanismos e processos de acordo com as melhores práticas recomendadas pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Para mensurar e desenvolver seu nível de excelência em relação ao tema, a Codemge realiza, anualmente, seu diagnóstico e autoavaliação pelos critérios do indicador IG-SEST, paradigma das melhores práticas de Governança Corporativa no âmbito federal, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, aplicável às estatais federais. Em 2023, os resultados desse trabalho demonstraram que a Codemge se mantém no mais elevado nível de maturidade de governança do indicador, o Nível 1.

A transparência, a equidade, a responsabilidade corporativa, a prestação de contas e a sustentabilidade são os fundamentos da Companhia para a efetiva geração de valor para o povo mineiro no desenvolvimento de seu objeto social.

As práticas de Governança Corporativa adotadas pela Codemge são transversais e alcançam seus principais stakeholders, trazendo maior eficiência, segurança jurídica, confiabilidade e transparência para o processo de tomada de decisão dos administradores, mitigando riscos e potencializando a geração de valor das ações e projetos implementados pela Companhia.

A estrutura de governança que compõe o Grupo Codemge é composta por acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Secretaria-Geral, Auditoria Interna, Gerência de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos e Auditores independentes.

Suas competências e responsabilidades encontram-se especialmente disciplinadas no Estatuto Social e nos Regimentos Internos da Companhia, além de estarem contidas na Lei 13.303/2016 e na Lei 6.404/1976 e demais legislação aplicável.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

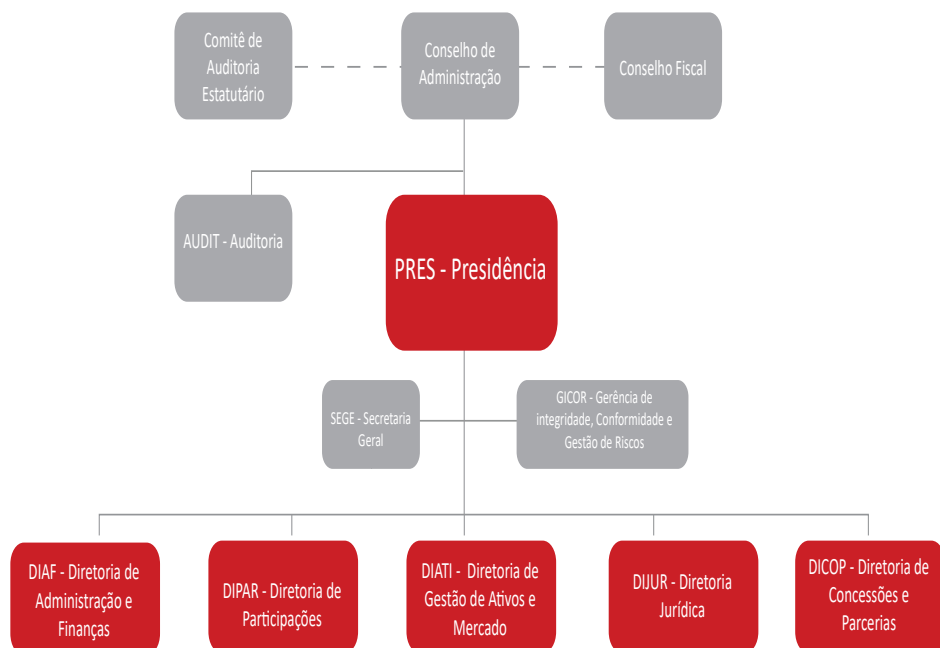


Figura 4: Estrutura de Governança da Codemge

A composição completa dos órgãos de governança da Codemge está disponível no site da Companhia: <http://www.codemge.com.br/a-codemge/governanca/>.

POLÍTICA E DISTRIBUIÇÃO DOS DIVIDENDOS

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), sendo que os JCP declarados são considerados como dividendo mínimo obrigatório.

A base de cálculo para a remuneração aos acionistas é o lucro líquido ajustado pela constituição de reservas e compensação de eventuais prejuízos. De acordo com o Artigo 8º, §2º do Estatuto Social, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido já ajustado.

Na forma do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração delibera pela distribuição de dividendos intermediários, com o levantamento de balanço e pela distribuição de dividendos em períodos semestrais ou menores (inclusive mensais), à conta do lucro apurado no respectivo balanço, bem como à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros porventura existentes.

Os dividendos do exercício decorrentes dos lucros líquidos anuais somente são distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

Sempre que a situação financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, suas estratégias de investimento, as condições macroeconômicas e outros fatores considerados relevantes recomendarem, o Conselho de Administração poderá, respeitada a legislação e o Estatuto Social, durante o exercício, alterar o percentual do lucro líquido já ajustado a ser distribuído. Cabe à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras de cada exercício a aprovação final das condições e dos valores da remuneração aos acionistas.

A tabela abaixo apresenta os dividendos pagos pela Companhia aos seus acionistas Estado de Minas Gerais (EMG) e Minas Gerais Participações (MGI):

	EMG		Proventos pagos MGI	
	2023	2022	2023	2022
Dividendos (i)	564.707	172.881	6	2
Dividendos Intermediários (ii)	-	27.001	-	-
Dividendos Intercalares (iii)	-	217.206	-	2
Juros sobre o Capital Próprio (iv)	20.000	40.000	-	-
	584.707	457.088	6	4

(i) Em 2023, dividendos deliberados na AGOE realizada em 28 de abril de 2023, referentes à destinação do lucro do exercício de 2022, e, em 2022, dividendos deliberados na AGOE realizada em 29 de abril de 2022, referente à destinação do lucro do exercício de 2021.

(ii) Dividendos adicionais deliberados na AGOE realizada em 29 de abril de 2022, com base no saldo de reserva de lucros mantida no patrimônio líquido da Companhia.

(iii) Dividendos intercalares pagos com base no lucro líquido do período findo em 31 de março de 2022.

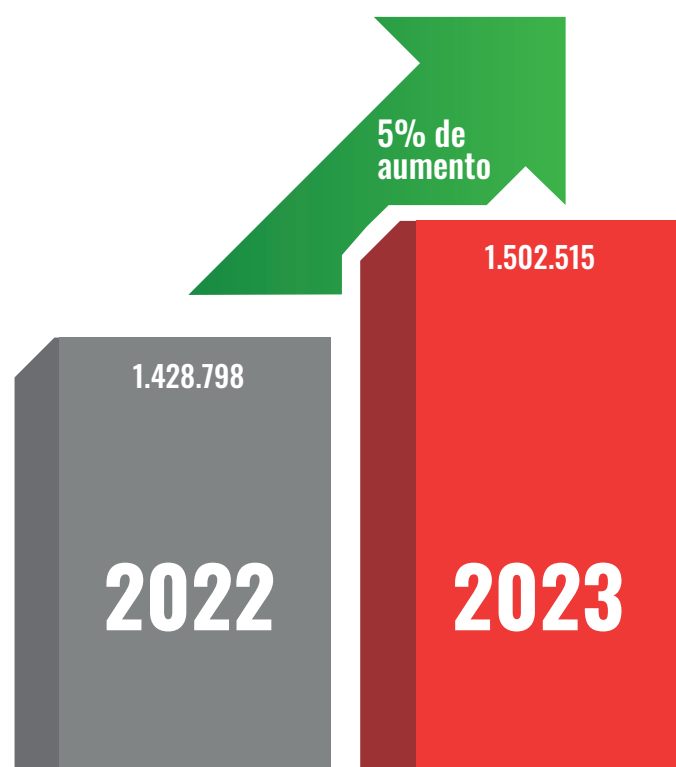
(iv) Em 2023, juros sobre o capital próprio calculados com base no resultado do período findo em 28 de fevereiro de 2023 e, em 2022, juros sobre o capital próprio com base no resultado do período findo em 30 de junho de 2022, calculados e pagos em ambos os anos de acordo com a Lei 9.249/1995.

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Receita Líquida

Em 2023, o Grupo atingiu a receita líquida de **R\$1,5 bilhão**, substancialmente devido aos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM.

A receita líquida auferida em 2023 pelo Grupo foi 5% maior do que a de 2022 — em números absolutos, foram registrados R\$74 milhões a mais que em 2022. O aumento da receita deve-se, principalmente, ao impacto positivo no resultado da SCP, derivado do aumento em 4% no volume das vendas, em função de variáveis externas, como o aquecimento do mercado global que vem se recuperando dos efeitos da pandemia e se ajustando ao novo cenário econômico trazido pelo conflito entre Rússia e Ucrânia.



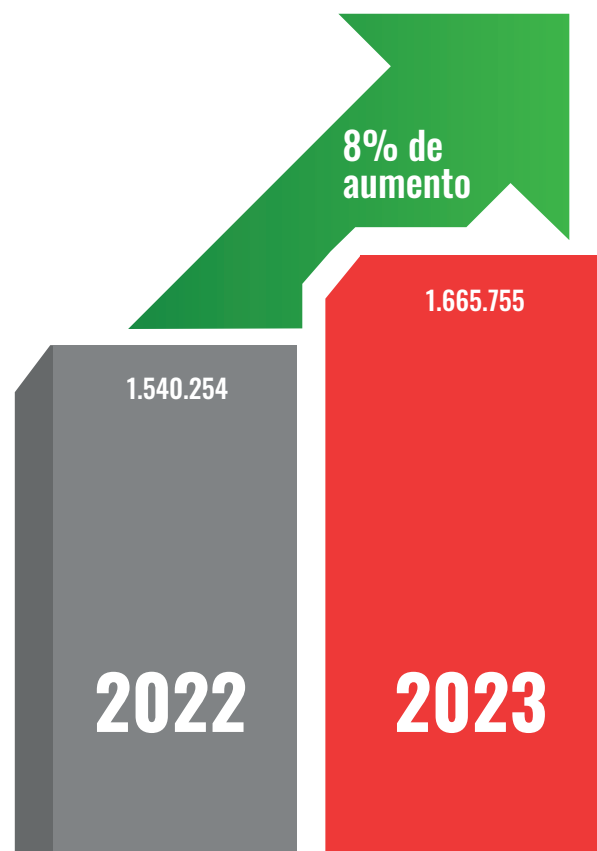
Imposto da SCP

Como imposto de renda da SCP devido à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM, ao fim do exercício de 2023, foram registrados R\$620 milhões, que foram repassados em janeiro de 2024. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2023, considerando o valor pago em janeiro de 2024 e o montante antecipado ao longo do exercício, alcançou R\$725 milhões no ano.

Lucro Líquido

O grupo Codemge aumentou em 8% seu resultado positivo de 2023, atingindo lucro líquido de **R\$1,7 bilhão**.

Além do resultado da SCP, o aumento do lucro de R\$126 milhões foi causado diretamente pelo aumento de 64% no resultado financeiro, R\$116 milhões em números absolutos.



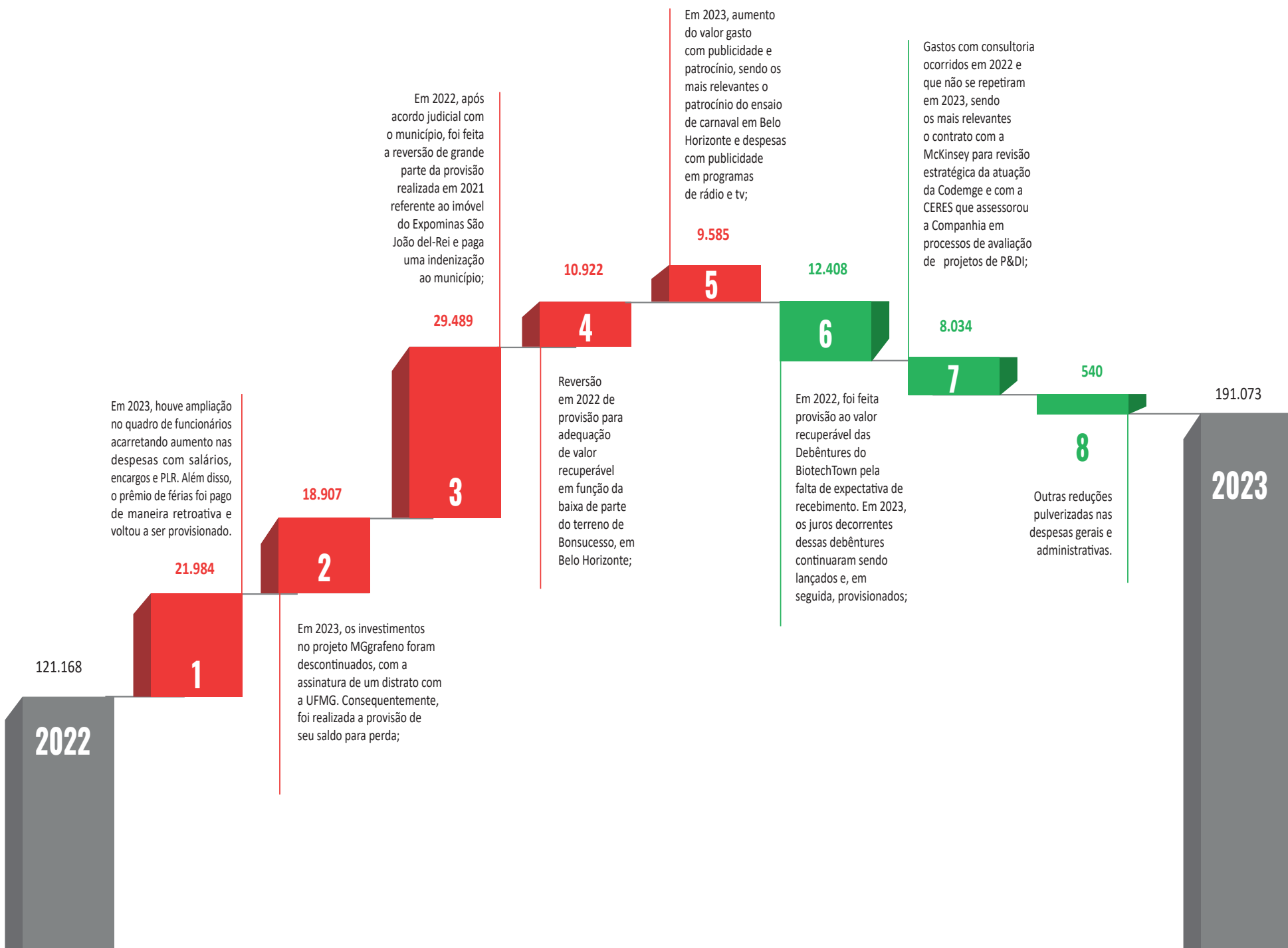


Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

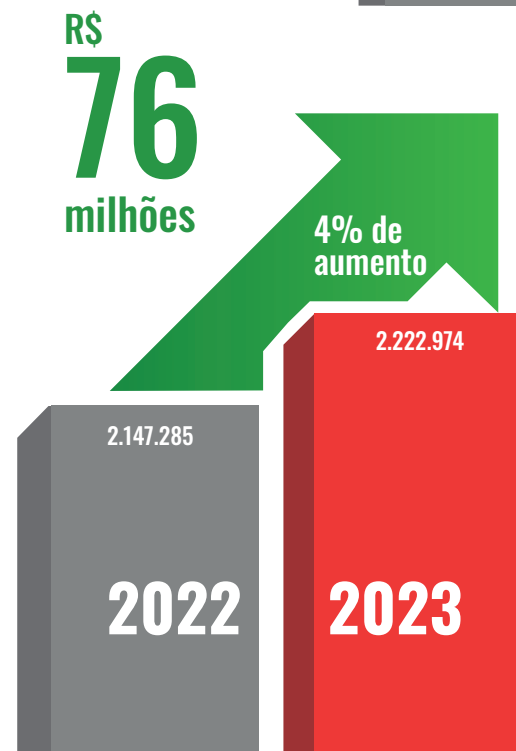
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas Gerais e Administrativas

O aumento das despesas gerais e administrativas em 58%, R\$70 milhões em números absolutos, deu-se substancialmente devido a fatos isolados, não correlacionados, não recorrentes e de valor relevante, quais sejam:



O **patrimônio líquido** do Grupo aumentou R\$76 milhões. O Grupo apurou um resultado abrangente — lucro do exercício acrescido de outros resultados abrangentes — de R\$1,6 bilhão. Como dividendos e juros sobre capital próprio do exercício, o Grupo destinou R\$721 milhões líquidos ao Estado de Minas Gerais (seu principal acionista), sendo R\$20 milhões do lucro individual da Codemge e R\$701 milhões do lucro da Codemig, além de R\$565 milhões de dividendos, tendo como contrapartida as reservas de lucros da Codemge.





Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EBITDA

O EBITDA é uma medição gerencial adotada pela Codemge, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.665.755	1.540.254
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	29.428	18.322
(-) Resultado financeiro positivo	(296.907)	(181.295)
(+) Depreciação e amortização	9.879	16.013
Ebitda - conforme ICVM 527	1.408.155	1.393.294

A variação positiva de 1% do Ebitda do Grupo, R\$15 milhões, decorre substancialmente de:



RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Codemge informa que a PricewaterhouseCoopers (PwC) foi contratada em 26 de maio de 2020. Esse contrato passou por três aditivos e estará vigente até 26 de maio de 2025 para realização dos serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de sete anos, atendendo à determinação da Resolução CFC: NBC PA 400 parágrafo R540.5.

No processo de contratação dos serviços de Auditoria, compete ao Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, bem como supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia.





Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	403.449	163.580	583.517	521.266	Contas a pagar	17	4.846	1.635	635.205	608.998
Títulos e valores mobiliários	6	431.059	355.105	1.412.130	1.266.373	Tributos a recolher	18	9.109	6.201	13.028	10.457
Bancos e aplicações de convênios	7	9.805	-	9.805	-	Salários e encargos sociais	20	19.917	11.653	19.917	11.653
Contas a receber	8	68.609	49.337	266.944	261.626	Adiantamento de convênios	21	9.805	-	9.805	-
Dividendos e JCP a receber	9	194.565	121.141	5.102	641	Adiantamentos e cauções recebidas	22	838	774	22.760	19.981
Tributos a recuperar	10	11.672	9.803	13.165	15.575	Partes relacionadas	13	-	-	-	-
Partes relacionadas	13	747	340	-	-	Dividendos a pagar	19	202.110	-	388.443	116.470
Outros ativos circulantes		726	356	726	356	Outras contas a pagar		2.861	2.834	2.861	2.834
Total do ativo circulante		1.120.632	699.662	2.291.389	2.065.837	Total do passivo circulante		249.486	23.097	1.092.019	770.393
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Contas a pagar	17	-	-	-	39.713
Títulos e valores mobiliários	6	5.783	60.389	627.207	491.954	Tributos a recolher	18	8.454	15.134	8.454	15.134
Bancos e aplicações de convênios	7	9.374	-	9.374	-	Adiantamento de convênios	21	9.374	-	9.374	-
Contas a receber	8	24.880	5.266	24.880	5.266	Adiantamentos e cauções recebidas	22	-	-	525.712	603.396
Tributos a recuperar	10	22.639	16.568	23.060	17.885	Provisão para contingências	23	14.944	13.008	59.206	55.805
Depósitos judiciais	11	36.978	15.523	36.978	15.523	Partes relacionadas	13	24.757	24.759	-	-
Estoque de imóveis a comercializar	12	18.485	19.230	18.485	19.230	Total do passivo não circulante		57.529	52.901	602.746	714.048
Instrumentos financeiros patrimoniais	14.1	200.519	218.560	200.519	218.560	Total passivo		307.015	75.998	1.694.765	1.484.441
		318.658	335.536	940.503	768.418	Patrimônio líquido	24				
Investimentos	14.2	394.553	436.404	63.994	112.752	Capital social		574.396	574.396	574.396	574.396
Imobilizado	15	375.591	418.523	619.132	662.759	Reserva de capital		580.943	580.943	580.943	580.943
Intangível	16	2.703	21.942	2.721	21.960	Ajustes de avaliação patrimonial		14.082	48.457	14.082	48.457
		772.847	876.869	685.847	797.471	Reservas de lucro		735.701	632.273	735.701	632.273
Total do ativo não circulante		1.091.505	1.212.405	1.626.350	1.565.889	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.905.122	1.836.069	1.905.122	1.836.069
Total do ativo		2.212.137	1.912.067	3.917.739	3.631.726	Participação dos não controladores		-	-	317.852	311.216

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Operações continuadas					
Receita líquida	25	63.593	66.068	1.502.515	1.428.798
Custo dos imóveis vendidos		(294)	(389)	(294)	(389)
Lucro bruto		63.299	65.679	1.502.221	1.428.409
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(174.444)	(108.474)	(191.073)	(121.168)
Gastos com desenvolvimento	27	(8.668)	(5.031)	(8.668)	(5.098)
Resultado com participações societárias	14.2	807.526	775.465	2.500	26.819
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	93.286	56.686	93.296	56.380
		717.700	718.646	(103.945)	(43.067)
Lucro antes do resultado financeiro		780.999	784.325	1.398.276	1.385.342
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	112.480	49.448	304.996	188.220
Despesas financeiras	29	(5.038)	(3.789)	(8.089)	(6.925)
		107.442	45.659	296.907	181.295
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		888.441	829.984	1.695.183	1.566.637
Imposto de renda e contribuição social	30	-	-	(29.428)	(18.322)
Lucro líquido do exercício de operações continuadas		888.441	829.984	1.665.755	1.548.315
Operações descontinuadas					
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	2.3	-	(8.061)	-	(8.061)
Lucro líquido do exercício		888.441	821.923	1.665.755	1.540.254
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				888.441	821.923
Participação dos não controladores				777.314	718.331
				1.665.755	1.540.254
Lucro / (prejuízo) por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia no exercício (expressos em R\$ por ação)					
Lucro / (prejuízo) básico e diluído por ação					
De operações continuadas	31			4.329,19	4.044,33
De operações descontinuadas	31			-	(39,28)
				4.329,19	4.005,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		888.441	821.923	1.665.755	1.540.254
Baixa do ajuste de avaliação patrimonial por alienação de coligada	14.2	(19.047)	320	(19.047)	320
Ganho / (Perda) de valor justo de investimentos avaliados a VJORA	14.1	(19.582)	34.979	(19.582)	34.979
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		6.681	(10.638)	6.681	(10.638)
Resultado na liquidação de instrumentos financeiros		-	7.368	-	7.368
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	14.2	(2.427)	3.475	(2.427)	3.475
		(34.375)	35.504	(34.375)	35.504
Total do resultado abrangente do exercício		854.066	857.427	1.631.380	1.575.758
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				854.066	857.427
Participação dos não controladores				777.314	718.331
				1.631.380	1.575.758
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia					
De operações continuadas				854.066	865.488
De operações descontinuadas				-	(8.061)
				854.066	857.427

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2021	751.091	580.943	12.953	62.996	204.448	-	1.612.431	295.707	1.908.138
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	821.923	821.923	718.331	1.540.254
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas	-	-	35.504	-	-	-	35.504	-	35.504
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	35.504	-	-	821.923	857.427	718.331	1.575.758
Outras mutações no patrimônio líquido									
Redução de capital	(176.695)	-	-	-	-	-	(176.695)	-	(176.695)
Constituição de reservas	-	-	-	-	564.712	(564.712)	-	-	-
Constituição de dividendos (nota 24(e))	-	-	-	-	(199.883)	(217.211)	(417.094)	(684.202)	(1.101.296)
Constituição de juros sobre o capital próprio (nota 24(e))	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)	(18.620)	(58.620)
Em 31 de dezembro de 2022	574.396	580.943	48.457	62.996	569.277	-	1.836.069	311.216	2.147.285
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	888.441	888.441	777.314	1.665.755
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e instrumentos patrimoniais	-	-	(34.375)	-	1.809	-	(32.566)	-	(32.566)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(34.375)	-	1.809	888.441	855.875	777.314	1.633.189
Outras mutações no patrimônio líquido									
Constituição de reservas	-	-	-	-	666.331	(666.331)	-	-	-
Constituição de dividendos (nota 24(e))	-	-	-	-	(564.712)	(192.110)	(756.822)	(751.078)	(1.507.900)
Constituição de juros sobre o capital próprio (nota 24(e))	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)	(19.600)	(49.600)
Em 31 de dezembro de 2023	574.396	580.943	14.082	62.996	672.705	-	1.905.122	317.852	2.222.974

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	888.441	821.923	1.665.755	1.540.254
Ajuste de:				
Depreciação e amortização	6.884	10.785	9.879	16.412
Adequação / (reversão) ao valor recuperável de ativos	22.329	(32.456)	20.029	(35.764)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.847	1.150	1.847	2.252
Extinção investida e liquidação instrumentos financeiros	1.809	7.368	1.809	7.368
Receitas financeiras	(68.076)	(34.383)	(214.843)	(135.469)
Despesas financeiras	2.085	1.262	5.067	4.300
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	43.642	19.145	43.642	19.145
Resultado com participações societárias	(807.526)	(775.465)	(2.500)	(26.819)
Resultado de instrumentos financeiros capitalizados	-	(7.233)	-	(7.233)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	649	(1.690)	449	(882)
Ajustes de ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) / redução títulos e valores mobiliários para negociação imediata	(98.604)	(87.001)	32.726	(415.635)
Aumento bancos e aplicações de convênios	(19.179)	-	(19.179)	-
Aumento no contas a receber	(42.753)	(17.912)	(28.799)	(89.495)
(Aumento) / redução dos impostos e contribuições a recuperar	(565)	3.698	13.814	12.983
Redução de estoque de imóveis	293	15.914	293	15.914
Aumento de depósitos judiciais	(4.236)	(101)	(4.236)	(101)
Aumento de ativos líquidos com partes relacionadas	(408)	(18.948)	-	-
(Aumento) / redução de outros ativos	(370)	680	(370)	680
Aumento / (redução) no contas a pagar	3.212	(6.780)	(13.506)	(100.619)
Aumento dos tributos a recolher	2.908	636	2.571	3.711
Redução de provisão para litígios	-	(45)	-	(45)
Aumento / (redução) de salários e encargos sociais	8.264	(1.262)	8.264	(1.262)
Aumento de adiantamentos de convênios	19.179	-	19.179	-
Aumento / (redução) de adiantamentos de clientes	4	(2.156)	(74.965)	451.603
Aumento / (redução) de outras contas a pagar	27	(3)	27	(3)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	727.904	691.235	1.806	53.163
Fluxo de caixa líquido originado atividades operacionais	687.760	588.361	1.468.759	1.314.458
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em títulos e valores mobiliários	(579.617)	(204.910)	(1.076.496)	(827.528)
Resgate de títulos e valores mobiliários	698.138	77.634	937.215	451.815
Aquisição de imobilizado	(3.568)	(2.652)	(3.568)	(2.652)
Gastos com desenvolvimento	-	(300)	-	(300)
Aquisição de direitos contratuais, marcas e patentes e software	(30)	(32)	(30)	(32)
Redução de capital em controladas e coligadas	23.554	91.204	23.554	91.204
Aporte em fundos de investimento	(1.656)	(20.679)	(1.656)	(20.679)
Fluxo de caixa líquido originado / (aplicado) nas atividades de investimento	136.821	(59.735)	(120.981)	(308.172)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre capital próprio distribuídos	(20.000)	(40.000)	(39.600)	(60.300)
Dividendos distribuídos	(564.712)	(417.094)	(1.245.927)	(1.013.873)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(584.712)	(457.094)	(1.285.527)	(1.074.173)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	239.869	71.532	62.251	(67.887)
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	163.580	92.048	521.266	589.153
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	403.449	163.580	583.517	521.266
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	239.869	71.532	62.251	(67.887)

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Estado” ou “Estado de Minas”), resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig e possui participação minoritária em algumas empresas (vide rol completo na nota 2.4(c)).

O Estado de Minas Gerais é também acionista direto na Codemig, com 49% de participação, de modo que não há acionistas minoritários na consolidação do Grupo. Sendo assim, onde se lê “Participação dos não controladores”, entenda que se refere a participação do Estado na Codemig e não a outros minoritários.

(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

A partir desse interesse, com fins de obter um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “Initial Public Offer”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Codemig.

Desde a cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (c)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir lucros através de dividendos intercalares mensais. A Codemge, portanto, continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo MPMG sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. Em outubro de 2023, no âmbito do TCE, foi emitido parecer do MPC no sentido de que a representação deve ser extinta, sem resolução de mérito em razão da perda do seu objeto. A Administração do Grupo continua acompanhando os procedimentos no âmbito do TCE, que já recebeu cópia da decisão do processo judicial para conhecimento e formação do convencimento no mesmo sentido.

(b) Objeto social

A Codemge tem por objeto social: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada a atuar de forma a: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei nº 13.303/2016, da Lei Estadual nº 14.892/2003 e da Lei Estadual nº 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde de que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus serviços e equipamentos; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, como petróleo e gás natural, recursos hídricos, direta ou indiretamente, no País ou no exterior; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação de empresas, bem como contratar estudos e projetos de industrialização, em consonância com a legislação social e ambiental; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; (xiii) proteger e preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais, em conformidade com os convênios firmados em cada caso; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros no mercado interno ou internacional; (xviii) conceber e executar modelagem de projetos de concessão e privatização.

Embora a Codemig mantenha em seu objeto social o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge possui prioridade na execução das atividades desenvolvidas elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Codemig.

(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

A Codemig, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos do Grupo contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (antecipações mensais). Dessa maneira, a Codemig usualmente recebe da SCP mais recurso do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 17.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP - decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2023 foram devolvidos à CBMM R\$588.719 para quitação do IR/CS da SCP de 2022 (R\$651.810 em janeiro 2022), consequentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032.

(d) Projeto de lei de privatização da Codemig

Em outubro de 2019, foi enviado pelo Governo de Minas à ALMG o PL 1.203/19 que autoriza a desestatização da Companhia pelas modalidades de privatização, delegação, desinvestimentos ou parcerias. O referido Projeto de Lei foi arquivado em janeiro de 2023, em virtude do fim da última legislatura. Mantido o interesse na matéria nos mesmos moldes ou em outros de interesse, o Governo de Minas deverá reapresentar a demanda ao legislativo para nova tramitação.

(e) Política Estadual de Desestatização – PED

Foi publicado, no dia 27 de novembro de 2019, pelo Governo de Minas Gerais o Decreto nº 47.766, que institui a Política Estadual de Desestatização (PED). O objetivo principal é concentrar a atuação do Estado em atividades de relevante interesse coletivo, buscando a reestruturação do setor público e o equilíbrio fiscal, transferindo atividades antes controladas direta ou indiretamente pelo Estado para a iniciativa privada.

O decreto estabelece como objeto de desestatização, além de outros, empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, como é o caso da Codemge e da Codemig. Cita também as modalidades de desestatização, sendo elas: privatização, desinvestimento, desmobilização de ativos e delegação.

De acordo com o decreto, as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado, incluídas na PED, terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização. Desse modo, o Grupo empenha-se em organizar as operações da Codemge e Codemig em atendimento ao PED.

O reposicionamento estratégico da Companhia, com intuito de reavaliação da sua carteira de ativos, está sendo questionado administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”), junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). Em setembro de 2023, foi proferida nova decisão pelo TCE-MG determinando abstenção de atos visando a continuidade deste Programa de Gestão de Portfólio. Contra a referida decisão houve interposição de recurso pela Companhia e em dezembro de 2023, houve concessão de efeito suspensivo em relação a alguns ativos, liberando-os para negociação, dentre eles estão o LabFabITR, Expominas Juiz de Fora, Expominas São João Del Rei, Parque das Águas em Caxambu, terreno ligado ao calcário em Arcos e Pains, terreno Bonsucesso, Edifício Rua Aimorés, imóvel em Curvelo, Museu das Águas de Lambari. O processo de representação aguarda apreciação e julgamento pelo TCE-MG. Como o Estado de Minas Gerais (“EMG”) também foi acionado administrativamente, a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”).

O mesmo tema é objeto de investigação em outro processo administrativo junto ao Ministério Público Estadual (“MPMG”) que, em novembro de 2022, contou com promoção de arquivamento sob o entendimento de inexistência de antijuridicidade no referido Programa de Gestão de Portfólio e respectiva homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público Estadual, posteriormente cancelada. Houve interposição de recurso pelo Ministério Público de Contas contra o arquivamento do inquérito e apresentação de impugnação ao recurso por parte da Companhia. Tais atos aguardam apreciação pelo Ministério Público Estadual. A Administração da Companhia monitora de perto o andamento dos processos.

(f) Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais

Em 7 de agosto de 2023 foi instituído o Decreto nº48.670, no qual dispõe sobre a Política de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais (“PPPMG”). Com ele, torna-se permitido que os órgãos e as entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo autorizem a Codemge a estruturar e modelar projetos de concessões e parcerias público-privadas qualificados pelo Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas à PPPMG, sob a supervisão da Seinfra.

A Codemge, quando atuar na estruturação e modelagem da PPPMG, poderá ser ressarcida pelos dispêndios devidamente comprovados com a contratação de terceiros para fornecimento de produtos ou serviços utilizados na elaboração de projetos de concessões e parcerias público-privadas, mediante pagamento a ser realizado pelo vencedor da licitação.

A Companhia passa a atuar em parceria ao Estado de Minas Gerais prestando apoio técnico na análise de viabilidade dos projetos, elaboração de chamamentos públicos, avaliação de propostas e estudos, passando pela modelagem econômico-financeira, técnica e regulatória, até a promoção junto a investidores. A Codemge já atuava na área, por meio do acordo de cooperação técnica com a Seinfra e teve seu papel ampliado por meio do novo dispositivo.

Em outubro de 2023 foi firmado convênio de saída entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (“FHEMIG”), e a Companhia, com o objetivo de conjugar esforços para a realização de estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada (“PPP”) de um novo Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais. Para maiores detalhes vide nota 21.

(g) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela Administração do Grupo em 18 de abril de 2023.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas na nota 2.7.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.7 e 2.8.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

• **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil;

• **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual;

• **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais;

• **Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

Tendo o Grupo realizado a avaliação das alterações acima, concluiu pela não existência de impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- Os termos e condições dos acordos SFAs.
- Para a data de início e fim do período de reporte:
 - O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
 - Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i)
- Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

(a) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em função do conflito entre Rússia e Ucrânia, as vendas da CBMM foram impactadas negativamente. A CBMM não tem expectativa de retomada das vendas impactadas até o fim das sanções econômicas estabelecidas e inclusive provisionou para perda parcelas em atraso de clientes provenientes desses países.

O conflito entre tais países ocasionou ainda uma recessão na Europa em função de uma crise energética ocasionada pela diminuição de fornecimento de gás anteriormente oferecido pela Rússia. Diante disso, houve um impacto no setor industrial europeu e consequentemente na SCP.

(b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

A pandemia de Covid-19 ainda gerou impactos no resultado da Codemig durante o exercício de 2023 e, apesar da recuperação do mercado de nióbio, o resultado da SCP é impactado pela lenta recuperação do mercado na China.

Outro efeito da pandemia é a pressão inflacionária global, com aumento de juros e desaceleração do crescimento.

(c) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2.3 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem apenas a Codemig, conforme apresentado abaixo:

Investidas	Principal atividade	% participação	
		2023	2022
Controladas			
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	51	51

2.4 Investimentos

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação do Grupo ou a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo na rubrica do ativo instrumentos financeiros patrimoniais. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

(b) Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição de participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(c) Quadro resumo das controladas e coligadas e participações

Nos exercícios apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas (nota 14.2)	Principal atividade	% participação	
		2023	2022
Controladas			
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	51	51
Coligadas			
COMIPA – Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51
IAS – Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	-	15
Helibrás – Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	-	16
Datora Participações	Telecomunicações	23	23
BiotechTown	Biotecnologia	49	49

Instrumentos financeiros patrimoniais (nota 14.1)	Principal atividade	% participação	
		2023	2022
FIP Aerotec	Aeroespacial e manufaturas aditivas e avançadas	91	91
FIP Seed4Science	Capital semente em biotecnologia, nano-tecnologia, internet das coisas e materiais avançados	8	9
FIP Biotec e ciências da vida	Biotecnologia e ciências da vida	53	53

2.5 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.6 Operações descontinuadas: Concessão do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro (Tergip)

A Rodoviária de BH – Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro (Tergip) - foi inaugurada em 1971 e é responsável pelo transporte de aproximadamente 10 milhões de passageiros por ano. Além do embarque e do desembarque de passageiros, o Terminal oferece diversos serviços como alimentação, bancários, correios e lotéricas. No período entre março de 2016 e setembro de 2022, o Grupo foi responsável pela administração das atividades e instalações do Tergip, mediante convênio com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem (DER-MG). De março de 2016 a janeiro de 2018, a gestão foi feita pela Codemig e, após a cisão (vide nota 1(a)), a mesma foi realizada pela Codemge.

No dia 25 de março de 2022 foi realizada a licitação, pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), para concessão dos serviços públicos oferecidos pela Rodoviária de BH, além de outros terminais e estações. O certame ocorreu na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo, e contou com três concorrentes. A proposta vencedora foi do Consórcio Terminais BH, que assumiu as operações em setembro de 2022. Até a data de transferência, o Terminal Rodoviário funcionou em regime de transição, mas com a operação ainda sob responsabilidade da Codemge. Considerando o encerramento da administração do Tergip pela Codemge, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 consideraram os resultados desse negócio como operações descontinuadas para os saldos comparativos de 2022.

O resultado das operações realizadas pelo Terminal Rodoviário nas demonstrações em análise está apresentado a seguir:

Demonstração do resultado	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Receita líquida	-	17.059
Lucro bruto	-	17.059
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas (i)	-	(16.287)
Gastos com desenvolvimento	-	(55)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (i)	-	(9.063)
	-	(25.405)
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	(8.346)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	-	299
Despesas financeiras	-	(14)
	-	285
Prejuízo líquido do exercício	-	(8.061)

(i) Em setembro de 2022, em função do encerramento do convênio com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (“DER-MG”), foi baixado o valor de R\$9.922 referente ao valor investido no ativo do Terminal. Em junho de 2022 o valor desse ativo já estava provisionado para perda por redução ao valor recuperável na rubrica de “Despesas Gerais e Administrativas”.

2.7 Resumo das políticas contábeis materiais

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(ii) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA ou valor justo por meio do resultado - VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao VJR.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(iii) Redução ao valor recuperável

O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados

a contratos com clientes.

No que se refere ao saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, o Grupo avalia em cada balanço o aumento do risco de crédito, avaliando possíveis riscos de inadimplência em relação ao reconhecimento inicial dos ativos. Em relação aos créditos das debêntures emitidas pelo Biotechtown, constatou-se um aumento significativo do risco de crédito em função principalmente do risco de continuidade do projeto em função da baixa probabilidade de recuperação dos investimentos no futuro, de acordo com avaliações de especialistas contratados.

Em função disso, foi registrada provisão para perdas esperadas relativa às debêntures do Biotechtown no valor de R\$ 2.710 até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 15.117 até 31 de dezembro de 2022).

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando dados históricos e avaliação do desempenho financeiro dos mesmos, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para as demais contas a receber, o Grupo avaliou, por meio das metodologias de avaliação disponíveis retro mencionadas, e possui um *impairment* do contas a receber de R\$15.005 (R\$15.583 em dezembro de 2022), dos quais R\$7.402 já estavam reconhecidos pela Codemig anteriormente à Cisão. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.9 (b) e na nota 8.

(c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado para perda. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

(d) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

(e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política do Grupo, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna do Grupo, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o Grupo revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

(i) Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Considerando a Política de desestatização e a mudança da sua diretriz de negócios, o Grupo contratou empresas especializadas para realizar a avaliação dos seus ativos, o que resultou na constituição de provisão para perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica para cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(iii) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica para cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Prédios e benfeitorias	26 a 80 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política do Grupo, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil esta é ajustada de forma prospectiva.



Sociedade Anônima de Capital Público

CNPJ/MF 29.768.219/0001-17

Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

(i) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(j) Benefícios pós-emprego

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela Fundação Libertas de Seguridade Social – LIBERTAS, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 1º de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 1º de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Codemig (patrocinadora).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. O valor que o Grupo contribuiu para o plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$2.654 (R\$2.515 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- identificação do contrato com o cliente;
- identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação; e por fim,
- reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 25.

Receita de arrendamentos

A receita é reconhecida por competência, conforme contratos firmados entre o Grupo e os arrendatários, sendo que para alguns, o valor do arrendamento é fixo, enquanto para outros, é definido um percentual do faturamento do arrendatário. Os contratos em sua maioria são de periodicidade mensal.

Receita com vendas, serviços e locações

A receita é reconhecida conforme são realizadas as vendas ou prestados os serviços. A maior parte dessas receitas provém de contratos de vendas de distritos industriais, para maiores detalhes vide nota 12.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

(l) Tributos sobre a renda**(i) Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que existem riscos relevantes de não materialização de um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo, de maneira que a Administração não acredita que esse cenário se concretize. Por consequência, o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

(n) Arredondamentos de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.8 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e especialistas do Grupo, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos especialistas internos e externos.

(c) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros**(i) Investimentos**

A metodologia utilizada para o teste de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. O teste consiste na análise de expectativa de retorno do investimento através da geração de caixa, avaliando os resultados apurados da investida e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela Administração da investida.

Foram consideradas como premissas-chaves as projeções fornecidas pelas investidas considerando o mercado de atuação de cada investida, bem como expectativas de crescimento de receita. Importante reforçar que as premissas utilizadas foram consideradas aderentes à realidade de cada negócio. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas da própria investida. Para cálculo do fluxo de caixa descontado foi calculado um WACC (taxa de desconto do fluxo de caixa) para cada investida. Como parte do WACC foi utilizada a metodologia de CAPM para cálculo do custo de capital próprio. Vide nota 14.2.

(ii) Ativos imobilizados

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.7 (f).

Os testes de valor recuperável dos ativos foram realizados por empresas especializadas considerando os métodos de comparação direta ou método evolutivo para determinação do valor justo líquido de despesa de venda, estando em linha com as normas aceitas. Para aqueles ativos que foram realizados testes no exercício anterior e para os quais não existem indicações de possíveis desvalorizações no exercício corrente, não foram realizados novos testes.

2.9 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2023, após apurar novo prejuízo fiscal, a Companhia conta com um prejuízo fiscal e base negativa de R\$619.489 em cada conta (R\$ 585.410 em 31 de dezembro de 2022). O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$1.192.483 (R\$ 1.195.529 em 31 de dezembro de 2022) e saldo consolidado de base negativa acumulada de R\$1.198.951 (R\$ 1.201.996 em 31 de dezembro de 2022). Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal e da base negativa acumulados na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira, a Administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é decorrente de sua participação societária na Codemig, que consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. Analisando as despesas apuradas pela Codemig ao longo deste período, a Administração julgou não haver expectativa de lucro fiscal futuro.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 48 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a Administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e consequentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requer considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica seus recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

Conforme descrito a seguir, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez e risco de crédito (concentração).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento:

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Contas a pagar	4.846	-	-	-	4.846
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	24.757	-	24.757
Adiantamento de convênios	9.805	9.374	-	-	19.179
Adiantamentos e cauções recebidos	838	-	-	-	838
Dividendos e JCP a pagar	202.110	-	-	-	202.110
Em 31 de dezembro de 2022					
Contas a pagar	1.635	-	-	-	1.635
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	24.759	-	24.759
Adiantamentos e cauções recebidos	774	-	-	-	774
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Contas a pagar	635.205	-	-	-	635.205
Adiantamento de convênios	9.805	9.374	-	-	19.179
Adiantamentos e cauções recebidos	22.760	31.473	456.554	37.685	548.472
Dividendos e JCP a pagar	388.443	-	-	-	388.443
Em 31 de dezembro de 2022					
Contas a pagar	608.998	4.742	24.998	9.973	648.711
Adiantamentos e cauções recebidos	19.981	93.188	471.677	38.531	623.377
Dividendos e JCP a pagar	116.470	-	-	-	116.470

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação.

O Grupo possui aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP (5,1% da carteira), realizada por meio da Corretora Órama, destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. Os principais segmentos de atuação são indústria, comércio e serviços. O valor alocado a esse fundo é de R\$117.194 em 31 de dezembro de 2023 (R\$104.060 em 31 de dezembro de 2022).

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que as aplicações estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, com base no julgamento da Administração e na classificação de agências de risco, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco

e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

Em relação às debêntures do Biotechtown, o Grupo monitora o desempenho financeiro e operacional da investida e, até 31 de dezembro de 2023, foram realizadas provisões para perdas de crédito no valor de R\$17.827 (R\$15.117 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2023, era de 11,75% ao ano. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2023, de 4,62% ao ano.

O Grupo fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

Ativo	Controladora				
	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa/ cotação esperada
Índiceador CDI					
Aplicações financeiras	464.375	464.375	108%	11,75%	10,04%
Letras financeiras	-	-	0%	11,75%	10,04%
Debêntures	3.401	3.401	100%	11,75%	10,04%
Índiceador IPCA					
Aplicações financeiras	-	-	0%	4,62%	3,92%
Debêntures	4.155	4.155	196%	4,62%	3,92%
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI					
Aplicações financeiras	50.306	62.883	75.459	37.730	25.153
Debêntures	341	426	512	256	171
IPCA					
Debêntures	319	399	479	239	160

Ativo	Consolidado				
	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa/ cotação esperada
Índiceador CDI					
Aplicações financeiras	1.029.737	1.029.737	108%	11,75%	10,04%
Letras financeiras	494.229	494.229	119%	11,75%	10,04%
Debêntures	3.401	3.401	100%	11,75%	10,04%
Índiceador IPCA					
Letras financeiras	40.066	40.066	258%	4,62%	3,92%
Debêntures	10.575	10.575	178%	4,62%	3,92%
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI					
Aplicações financeiras	111.385	139.231	167.078	83.539	55.693
Letras financeiras	58.869	73.586	88.304	44.152	29.435
Debêntures	341	426	512	256	171
IPCA					
Letras financeiras	4.042	5.053	6.063	3.032	2.021
Debêntures	739	924	1.109	554	370

(d) Risco cambial

O Grupo não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposto ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam o Grupo eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os Contratos de Adiantamento de Receitas, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da vinculação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria;
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

Ativo	31 de dezembro de 2023					
	Controladora			Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
VJR						
Títulos e valores mobiliários	367.969	-	367.969	952.169	-	952.169
VJORA						
Bônus de subscrição DETECHTA	385	-	385	385	-	385
FIP Aerotec	146.953	-	146.953	146.953	-	146.953
FIP Seed4Science	1.604	-	1.604	1.604	-	1.604
FIP Biotec	51.577	-	51.577	51.577	-	51.577
Total do ativo	568.488	-	568.488	1.152.688	-	1.152.688



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2022					
	Controladora			Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
VJR						
Títulos e valores mobiliários	251.080	-	251.080	938.904	-	938.904
VJORA						
Bônus de subscrição DETECHTA	500	-	500	500	-	500
FIP Aerotec	158.710	-	158.710	158.710	-	158.710
FIP Seed4Science	954	-	954	954	-	954
FIP Biotec	58.396	-	58.396	58.396	-	58.396
Total do ativo	469.640	-	469.640	1.157.464	-	1.157.464

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	403.058	162.962	581.927	520.219
Títulos e valores mobiliários	68.873	164.414	1.087.168	819.423
Contas a receber	93.489	54.603	291.824	266.892
Contas a receber com partes relacionadas	747	340	-	-
Dividendos e JCP a receber	194.565	121.141	5.102	641
	760.732	503.460	1.966.021	1.607.175
VJR				
Títulos e valores mobiliários	367.969	251.080	952.169	938.904
	367.969	251.080	952.169	938.904
VJORA				
BDMG	-	-	-	-
Bônus de subscrição DETECHTA	385	500	385	500
FIP Aerotec	146.953	158.710	146.953	158.710
FIP Seed4Science	1.604	954	1.604	954
FIP Biotec	51.577	58.396	51.577	58.396
	200.519	218.560	200.519	218.560
Total de instrumentos financeiros ativos	1.329.220	973.100	3.118.709	2.764.639
Passivos				
Custo amortizado				
Contas a pagar	4.846	1.635	635.205	648.711
Contas a pagar com partes relacionadas	24.757	24.759	-	-
Adiantamentos e cauções recebidas	838	774	548.472	623.377
Dividendos e JCP a pagar	202.110	-	388.443	116.470
	232.551	27.168	1.572.120	1.388.558

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos (conta movimento)	391	618	1.590	1.047
Certificados de depósitos bancários - CDB	403.058	162.962	581.927	520.219
	403.449	163.580	583.517	521.266

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, sendo considerados, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos tiveram taxa de remuneração média de 106,24% e 106,26% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (103,75% e 107,00% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aplicações financeiras em CDB (i)	61.317	155.442	494.676	250.445
Fundos de investimento (ii)	367.969	251.080	952.169	938.904
Letras financeiras (iii)	-	-	578.516	548.092
Debêntures (iv)	7.556	8.972	13.976	20.886
	436.842	415.494	2.039.337	1.758.327
Circulante	431.059	355.105	1.412.130	1.266.373
Não circulante	5.783	60.389	627.207	491.954
	436.842	415.494	2.039.337	1.758.327

(i) Aplicações financeiras do Grupo em CDB com carência de 1 a 47 meses. A gestão de caixa do Grupo busca compatibilizar a necessidade de liquidez da empresa e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldos aplicados em	
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CDI	104% a 121%	106,5% a 116%	61.317	155.442
Pré-fixado	12,85% a 13% a.a.	12,85% a 13% a.a.	-	46.866
			61.317	208.891
			155.442	494.676
			494.676	250.445

(ii) Os fundos de investimento do Grupo se constituem como parte de seus ativos financeiros disponíveis em tesouraria, sendo que 88% dos recursos consolidados aplicados em fundos possuem liquidez diária, ou resgate em D+10, de baixo risco, estando indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pelo Grupo foi de 104,58% e 105,84% do CDI em 31 de dezembro de 2023, individual e consolidado, respectivamente, e para os fundos presentes na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2022 a rentabilidade foi de 107,32% e 108,92% do CDI, individual e consolidado, respectivamente. Os outros 12% dos recursos consolidados aplicados em

fundos, correspondente a R\$117.194, estão aplicados no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto.

(iii) As letras financeiras aplicadas pelo Grupo são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldos aplicados em	
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CDI	106% a 162%	106% a 162%	390.717	324.210
CDI+	CDI+0,62% a CDI+1,35% a.a.	CDI+0,60% a CDI+1,80% a.a.	103.513	129.697
Pré-fixado	6,54% a 7,92% a.a.	5,55% a 7,92% a.a.	44.220	58.503
IPCA	IPCA+7,25% a 7,30% a.a.	IPCA+7,25% a.a. a 7,30% a.a.	40.066	35.682
			578.516	548.092

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CEMIG	-	-	6.420	9.284
COPASA	4.155	5.571	4.155	8.201
BiotechTown	3.401	3.401	3.401	3.401
	7.556	8.972	13.976	20.886

As debêntures do BiotechTown, remuneradas à 100% do CDI e com vencimento em 20 anos, foram adquiridas com a estratégia de capitalização junto à investida. Devido a perda com a participação societária reconhecida pelo método de equivalência patrimonial superar o saldo da participação no investimento BiotechTown, o valor excedido de R\$3.377 foi então reconhecido reduzindo o saldo a receber das debêntures sem garantia emitidas pela mesma empresa (vide nota 14.2). O saldo acumulado de provisões para perdas de créditos esperadas relativas a essas debêntures registrado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$17.827. O saldo em 2023 encontra-se líquido de tal perda e refere-se ao valor estimado de máquinas e equipamentos para desenvolvimento das atividades do BiotechTown, dadas como garantias da segunda emissão de debêntures.

As demais aplicações em debêntures visam diversificação, por meio de valores mobiliários emitidos por empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais, conforme critérios da política de aplicações do Grupo, cuja remuneração por emissor está demonstrada a seguir:

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldos aplicados em	
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CEMIG				
IPCA	IPCA+3,1% a.a.	IPCA+3,1% a.a.	-	-
COPASA				
IPCA	IPCA+4,08% a IPCA+5,05% a.a.	IPCA+4,08% a IPCA+5,05% a.a.	4.155	5.571
CDI	-	117%	-	-
			4.155	5.571
			10.575	17.485

7 Bancos e aplicações de convênios

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Banco - Convênio Fhemig e Funed	19.179	-	19.179	-
	19.179	-	19.179	-
Circulante	9.805	-	9.805	-
Não circulante	9.374	-	9.374	-
	19.179	-	19.179	-

Em dezembro de 2023, foi recebido o valor de R\$20.000 referente ao convênio de saída firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia. Devido ao contrato firmado, o saldo possui utilização restrita ao objeto do Convênio, para mais informações, vide nota 13 e 21.

8 Contas a receber

O saldo de contas a receber do Grupo corresponde substancialmente a parceria da Codemig com a CBMM no negócio de nióbio. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes de arrendamentos, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro e da venda de imóveis no curso normal das atividades. Os saldos estão apresentados pelos valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Sociedade em Conta de Participação:				
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	-	-	198.102	212.197
Outros contas a receber:				
Arrendamentos e recebíveis operacionais	59.978	53.207	63.103	56.362
Contas a receber por venda de imóveis (i)	45.345	13.754	45.345	13.754
Demais contas	279	-	279	162
	105.602	66.961	306.829	282.475
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(12.113)	(12.358)	(15.005)	(15.583)
	93.489	54.603	291.824	266.892
Circulante	68.609	49.337	266.944	261.626
Não circulante	24.880	5.266	24.880	5.266
	93.489	54.603	291.824	266.892

(i) Em dezembro de 2023, a Companhia realizou a venda do LabFabITR para o SENAI pelo valor total de R\$37.233, de forma parcelada, sendo um sinal de 40% do valor total da venda e o valor residual em 36 (trinta e seis) parcelas com juros de 0,5% ao mês. Neste mesmo mês, houve também a venda do prédio da Rua Aimorés, vendido à FIEMG pelo valor total de R\$13.475, sendo um sinal de 30% do valor total da venda e o valor residual em 24 (vinte e quatro) parcelas com juros de 0,5% ao mês.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Em função do Decreto 48.670 de agosto de 2023, a Companhia passa a atuar na estruturação e modelagem de projetos de concessões e parcerias junto ao Estado de Minas Gerais. Diante disso, foi firmado convênio entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais ("FHEMIG"), e a Companhia, com interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade ("SEINFRA") e da Fundação Ezequiel Dias ("FUNED") para a estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada de novo Complexo de Saúde do Estado, onde a futura concessionária vencedora da licitação será responsável pela construção do mesmo. O Estado de Minas Gerais, por meio da FHEMIG e da FUNED repassam recursos para a Codemge e esta, por sua vez, os utiliza no custeio dos estudos a serem realizados pela International Finance Corporation ("IFC") e outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto do convênio. Vide notas 7 e 21.

(ii) Em razão do encerramento da administração da Rodoviária de BH – Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro (Tergip) pela Codemge em setembro de 2022, houve redução significativa das despesas com serviço de apoio.

(iii) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 27. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente, apresentado na linha de recuperação de despesas na nota 28.

(iv) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento da SCP naquela data seria vertido para a Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 24.757 a vincular. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (c)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros. Cabe ressaltar que a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas das quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 22.

(a) Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a da Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a Administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros renunciaram aos seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemig durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 6.660 (R\$ 4.306 em 31 de dezembro de 2022, contabilizados pela Codemge) e são cobradas da Codemig via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge (vide nota 26 para despesas de pessoal).

(b) Caixa movimentado entre partes relacionadas

Devido a contratos ou ativos que ainda estão em processo de transferência da Codemig para a Codemge, durante o processo de cisão da Codemig que culminou na criação da Codemge diversos compromissos surgiram em nome da nova empresa cindida. Em face disto, a Codemig operacionalizou, por meio de seu caixa, diversos compromissos da Codemge que, durante o curso de suas atividades, estão sendo acertados entre as empresas. O acerto de contas deverá ser realizado por compensação de dividendos a distribuir ou pagamento em caixa pela Codemig, de acordo com o saldo. Os saldos transacionados nos exercícios foram os abaixo:

	2023	2022
Pagamentos de ativos relacionados a CBMM advindos da cisão (i)	(2)	(19.270)
Transações pela Codemig por conta e ordem da Codemge (ii)	(406)	322
Total	(408)	(18.948)

(i) A cisão destinou à Codemge saldos em aberto entre Codemig e CBMM que só seriam liquidados em momento futuro. Na sua liquidação, a Codemig cobrou/repassou tais valores à Codemge, já considerando o efeito da cisão.

(ii) A Codemge, como parte de seu processo de cisão, se utilizou de ativos e do nome da Codemig para execução de suas atividades, considerando seu período de regularização fiscal, legal e operacional. Além disso, a Codemig utiliza-se da infraestrutura de pessoal da Codemge. Os saldos em aberto dessa natureza ou de natureza similar são liquidados no mês subsequente ao seu registro.

14 Participações societárias e outros ativos financeiros

Este grupo de contas é composto por *i*) participações societárias de controladas e coligadas, sobre as quais a Codemge exerce controle e influência significativa, respectivamente; e *ii*) outros ativos financeiros, composto por outras empresas em que não existe influência significativa - instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O saldo é dividido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outros ativos financeiros (14.1)	200.519	218.560	200.519	218.560
Participações societárias (14.2)	394.553	436.404	63.994	112.752
	595.072	654.964	264.513	331.312

14.1 Instrumentos financeiros patrimoniais

A seguir a composição dos instrumentos financeiros patrimoniais:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Participação acionária direta		
Bônus de subscrição DETECHTA	385	500
	385	500
Participação em fundos de investimento		
FIP AEROTEC	146.953	158.710
FIP SEED4SCIENCE	1.604	954
FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA	51.577	58.396
	200.134	218.060
Total	200.519	218.560

Movimentação dos instrumentos financeiros patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Participação acionária direta		
BDMG (i)		
Saldo inicial	-	176.693
Alienação de cotas	-	(176.693)
	-	-
Bônus de subscrição DETECHTA (ii)		
Saldo inicial	500	-
Aquisição de cotas	-	500
Perda por <i>impairment</i>	(115)	-
	385	500
Participação em fundos de investimento		
FIP AEROTEC		
Saldo inicial	158.710	134.946
Aquisição de cotas	645	1.817
(Desvalorização)/Valorização de cotas	(12.402)	21.947
	146.953	158.710
FIP SEED4SCIENCE		
Saldo inicial	954	1.123
Aquisição de cotas	585	285
Valorização / (Desvalorização) de cotas	65	(454)
	1.604	954
FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA		
Saldo inicial	58.396	26.833
Aquisição de cotas	426	18.077
(Desvalorização) / Valorização de cotas	(7.245)	13.486
	51.577	58.396
Total	200.519	218.560

(i) A Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Codemge, realizada no dia 04 de novembro de 2022, por sua livre iniciativa e por considerar seu capital social excessivo, deliberou pela redução de capital social no montante de R\$ 176.695, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76. Como forma de reequilíbrio do valor do capital social, os acionistas aprovaram a redução do capital ao Estado de Minas Gerais no montante de R\$ 176.693 e à MGI Participações no montante de R\$ 2. Como forma de remuneração a título de devolução da participação do EMG no capital social da Companhia, a proposta aprovada determinou pela transferência de 5.891.944 de ações ordinárias do BDMG, pelo seu valor contábil na data de 30 de setembro de 2022, no valor unitário de R\$ 0,03 (três centavos), conforme autorizado pelo art. 22 da Lei 9.249/95. O acionista MGI recebeu sua participação na redução de capital em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 2.

(ii) Em agosto de 2020, a Companhia firmou um Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação- PD&I com a empresa Detechta Biotecnologia S.A., com o objetivo de desenvolvimento, produção e comercialização de testes de diagnóstico para COVID-19. Ficou estabelecido entre as partes que a Companhia teria o direito de exercer uma opção de compra de um percentual da Detechta baseado no valor investido por ela. Atualmente, o Acordo está em fase de formalização do exercício da opção de compra para conversão do bônus de subscrição em uma participação direta na empresa entre 8,3% a 13,1%.

FIP AEROTEC

O AEROTEC – Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2 nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo foi de responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S.A., vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar, até o dia 30 de novembro de 2021. A partir dessa data a ID Gestora e Administradora de Recursos LTDA assumiu a gestão do Fundo e a Ouro Preto Gestão de Recursos S/A assumiu sua administração.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos do Grupo.

O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do administrador/gestor, por até 5 períodos adicionais de um ano. A Codemge já integralizou um total de R\$124.184, valor equivalente a 88,7% do capital subscrito pela Codemge no fundo. Em janeiro de 2024, o fundo concluiu a venda das investidas Unicoba e Xmobots, deliberando pela amortização parcial de suas cotas. Vide nota 34 (b).

O FIP Aerotec possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital a investir
FIP AEROTEC	140.000	124.184	15.816
	140.000	124.184	15.816

Em 31 de dezembro de 2023 o FIP AEROTEC possuía participação nas seguintes empresas:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Altave Holding S.A.	Local	3.500
Flapper Tecnologia S.A.	Local	7.775
Xmobots Holding S.A.	Local	28.000
Unicoba Energia S.A.	Local	30.000
		69.275

FIP SEED4SCIENCE

O SEED4SCIENCE – Fundo de Investimento em Participações Capital Semente foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. O fundo faz aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão das Empresas Alvo, quais sejam, companhias abertas ou fechadas, ou ainda sociedades limitadas atuantes nos setores de biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas, materiais avançados, tecnologia da informação e comunicação, especialmente relacionadas com *big data* e *machine learning*. As aplicações do fundo são realizadas por meio da aquisição de ativos como ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários.

As empresas devem possuir a tecnologia como diferencial. A atuação prioritária deve envolver soluções para problemas relevantes da indústria, agronegócio, varejo ou do setor de saúde e bem-estar, sendo dado especial enfoque às oportunidades provenientes ou de alguma forma ligadas ou oriundas de centro de pesquisas, faculdades e universidades.

O fundo tem como público-alvo investidores qualificados, de acordo com os termos do Art. 9º-B da Instrução CVM nº 539/13, que busquem obter retorno diferenciado no longo prazo. É classificado como fundo diversificado tipo 1, nos termos do Código ABVCAP/ANBIMA e prazo de duração de 10 anos contados da data da primeira integralização de cotas do fundo. A administração do fundo é exercida pela BRL Trust Investimentos Ltda e a gestão cabe à FUNDEPAR Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital subscrito total do Fundo é de R\$38.000, sendo que o Grupo é responsável pela participação de 7,89% das cotas subscritas, ou seja, um capital subscrito de R\$3.000. Até então já foram realizadas integralizações de cotas, totalizando uma quantia de R\$2.085, valor equivalente à 69,5% do capital subscrito pela Codemge no fundo.

O FIP Seed4Science possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital a investir
FIP SEED4SCIENCE	3.000	2.085	915
	<u>3.000</u>	<u>2.085</u>	<u>915</u>

Em 31 de dezembro de 2023 o FIP Seed4Science possuía participação nas seguintes empresas:

Participações	Entidade local/internacional	Integralizado
AFH Soluções Tecnológicas LTDA	Local	1.000
Aratu S.A.	Local	1.000
Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A.	Local	2.978
Logpyx Tecnologia S.A.	Local	2.733
Lume Robotics S.A.	Local	1.000
Neuralmind IA – 521 Particip	Local	1.000
Pecsmart Serviço de Inteligência para produção animal Ltda	Local	700
ACS – Indústria Aeronáutica Ltda	Local	2.000
Tarvos - Follow On	Local	1.000
		<u>13.411</u>

FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA

O BIOTEC – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é constituído sob a forma de condomínio fechado e regido por seu Regulamento e Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Sua classificação pelo Código ABVCAP/ANBIMA é fundo restrito tipo 2. O público-alvo são investidores qualificados de acordo com os termos do Art. 9º-B da Instrução CVM nº 539/13. O fundo terá duração de 10 anos contados a partir de 05 de setembro de 2019 e o prazo poderá ser prorrogado por dois períodos adicionais de um ano, mediante proposta do Administrador do fundo.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas, por meio de investimentos, em valores mobiliários de companhias-alvo com sede localizada em Minas Gerais ou com atuação no Estado. As companhias-alvo são empresas que possuem alto potencial de crescimento que tenham atuação nos setores de biotecnologia e ciências da vida. Entende-se que biotecnologia e ciências da vida cobrem um amplo espectro de áreas de aplicação, incluindo saúde humana, saúde animal, agricultura, meio ambiente e biotecnologia industrial.

A administração do fundo é exercida pela FIR Capital Partners – Gestão de Investimentos S.A. e a gestão cabe à FIR Gestão de Investimentos Ltda.

O Fundo poderá emitir duas classes distintas de cotas: as Cotas de Classe A deverão ser integralizadas com moeda nacional, enquanto as Cotas de Classe B deverão ser integralizadas com valores mobiliários de companhias-alvo. A gestora do fundo se compromete, de acordo com o Regulamento, a subscrever R\$5.000 em Cotas de Classe A do fundo, devendo integralizá-las de acordo com os demais cotistas.

O capital subscrito do Fundo é de R\$127.650, ao passo que o Grupo é subscritor de R\$68.000. Até então já foram realizadas quinze integralizações de cotas, desde o início do fundo, totalizando a quantia de R\$49.481, valor equivalente a 72,77% do capital subscrito pela Codemge no fundo.

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital a investir
FIP BIOTEC	68.000	49.481	18.519
	<u>68.000</u>	<u>49.481</u>	<u>18.519</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o FIP BIOTEC possuía participação nas seguintes empresas:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Vita Part	Local	21.296
Mevo (ex Nexodata)	Local	7.900
Plamev	Local	13.000
Imuno BR	Local	25.530
Isa Lab	Local	12.000
		<u>79.726</u>

14.2 Participações societárias em controladas e coligadas

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações relevantes em controladas e coligadas do Grupo em 31 de dezembro de 2023:

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / % participação no capital social		Natureza do Investimento
		Ordinárias	Preferenciais Total Votante	
Controladora				
CODEMIG	(a) Belo Horizonte	92.022	92.021 51,00% 51,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
BiotechTown	(b) Nova Lima	4.900.000	- 49,49% 49,49%	Aquisição primária de ações para desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.
Datora Participações	(b) São Paulo	20.247.726	- 23,00% 23,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor de telecomunicações.
Consolidado				
COMIPA (i)	(b) Araxá	187.272.000	20.787.600 50,99% 48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio.

Além dessas participações societárias, o Grupo, na qualidade de sócio participante, possui participação de 55% no lucro e 74,9% no patrimônio afetado de uma SCP que objetiva o envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambu e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não estão descritas no quadro acima. Conforme as definições do Estatuto Social da SCP e ainda em conformidade com o CPC 36 (R3), o controle é exercido pelo sócio ostensivo, uma vez que o mesmo possui os direitos que lhe dão a capacidade de dirigir as atividades relevantes e pratica em nome próprio a atividade da SCP e inclusive aparecendo perante terceiros.

(i) A Codemig possui investimento na Comipa, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações, de classes diferentes, integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa dos poderes concedidos a cada classe de ação, o Grupo entende que as sócias não detêm poder de controle individual sobre a investida. Em conformidade com as definições do CPC 19 - Negócios em Conjunto, os recursos aplicados na entidade controlada em conjunto são reconhecidos em suas demonstrações contábeis como

investimento.

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos	2023		2022	
	Valor patrimonial do investimento	Ágio (goodwill)	Total	Total
CODEMIG	330.827	-	330.827	323.920
Helibrás (i)	-	-	-	40.916
Datora Participações (ii)	18.406	42.666	61.072	59.987
IAS (i)	-	-	-	9.893
Biotech Town (ii)	-	-	-	-
SCP Água Mineral (ii)	827	-	827	-
Outros investimentos (iii)	1.827	-	1.827	1.688
	<u>351.887</u>	<u>42.666</u>	<u>394.553</u>	<u>436.404</u>
			2023	2022
Investimentos	Valor patrimonial do investimento	Ágio (goodwill)	Total	Total
Helibrás (i)	-	-	-	40.916
Datora Participações (ii)	18.406	42.666	61.072	59.987
IAS (i)	-	-	-	9.893
Biotech Town (ii)	-	-	-	-
COMIPA	268	-	268	268
SCP Água Mineral (ii)	827	-	827	-
Outros investimentos (iii)	1.827	-	1.827	1.688
	<u>21.328</u>	<u>42.666</u>	<u>63.994</u>	<u>112.752</u>

(i) Em fevereiro de 2023, a Codemge alienou sua participação nas empresas Helibrás e IAS. Vide maiores detalhes da operação conforme explicações abaixo no decorrer desta nota explicativa.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da Datora Participações, SCP Água Mineral e BiotechTown as informações financeiras de 30 de novembro de 2023. Considerar essa informação em toda nota 14.2.

(iii) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na Cemig, Santander, SPE Palácio das Mangabeiras, obras de arte e ainda participações em consórcios de exploração de gás.

Alocação do preço de compra dos investimentos:

O Grupo, no momento da compra dos investimentos, realizou a alocação do preço de compra entre valor correspondente à participação no patrimônio líquido, no valor justo de ativos e passivos, líquidos, e ágio advindo de expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa, conforme já mencionado na nota 2.4 (b). A Codemge realizou testes de impairment no exercício, conforme premissas apresentadas na nota 2.8 (c).

(a) A alocação do preço de compra da Datora Participações teve o ágio baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado das suas participações societárias, sendo que as mais relevantes são a Datora Mobile e Datora Telecom. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de valuation realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo superou seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao impairment do investimento.

Alienação da participação na Helicópteros Brasil S.A. - Helibrás

Em dezembro de 2022, diante da viabilidade econômica e jurídica, a diretoria executiva aprovou a alienação da participação da Companhia na Helibrás. Conforme cláusula prevista no Acordo de Acionistas da Helibrás, os sócios manifestaram interesse em exercer o Direito de Preferência na compra dessa participação, dispensando de forma expressa, via contrato, a submissão da operação ao CADE. Diante disso, em fevereiro de 2023, a Companhia efetivou a alienação de sua participação na Helibrás pelo valor de R\$ 95.000, perfazendo uma receita de ganho de capital de R\$ 72.888. Vide nota 28.

Alienação da participação na Indústria de Aviação e Serviços S.A. - IAS

Em dezembro de 2022, diante da viabilidade econômica e jurídica, a diretoria executiva aprovou a alienação da participação da Companhia na IAS. Conforme cláusula prevista no Acordo de Acionistas da IAS, os sócios manifestaram interesse em exercer o Direito de Preferência na compra dessa participação, dispensando de forma expressa, via contrato, a submissão da operação ao CADE. Diante disso, em fevereiro de 2023, a Companhia efetivou a alienação de sua participação na IAS pelo valor de R\$ 10.700, perfazendo uma receita de ganho de capital de R\$ 487. Vide nota 28.

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Investidas	2022		2023			
	Aquisição/(redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2023
CODEMIG	323.920	-	809.042	-	(802.135)	330.827
Helibrás	40.916	(39.349)	(1.199)	(628)	260	-
Datora Participações	59.987	-	3.887	-	(588)	(2.214)
IAS	9.893	(9.769)	(117)	(7)	-	-
Biotech Town (i)	-	420	(420)	-	-	-
SCP Água Mineral (ii)	-	5.943	(3.017)	-	(2.099)	-
Outros investimentos	1.688	154	(15)	-	-	1.827
	<u>436.404</u>	<u>(42.601)</u>	<u>808.161</u>	<u>(635)</u>	<u>(2.427)</u>	<u>394.553</u>
						Consolidado
Investidas	Aquisição/(redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2023
Helibrás	40.916	(39.349)	(1.199)	(628)	260	-
Datora Participações	59.987	-	3.887	-	(588)	(2.214)
IAS	9.893	(9.769)	(117)	(7)	-	-
Biotech Town (i)	-	420	(420)	-	-	-
COMIPA	268	-	4.016	-	-	(4.016)
SCP Água Mineral (ii)	-	5.943	(3.017)	-	(2.099)	-
Outros investimentos	1.688	154	(15)	-	-	1.827
	<u>112.752</u>	<u>(42.601)</u>	<u>3.135</u>	<u>(635)</u>	<u>(2.427)</u>	<u>(6.230)</u>

(i) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, no valor de R\$3.377, de forma a reduzir o saldo de debêntures sem garantia emitidas pela investida. Em dezembro de 2022,



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativa à essas debêntures no valor do seu saldo. Desta forma, a contabilização destes excedentes ao valor contábil foi interrompida. Vide nota 6(iv).

(ii) Aumento da participação societária na SCP Água Mineral realizada em 2 de junho de 2023, de 50% para 74,9%, por meio do aporte de bens móveis a partir do valor de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Tais bens faziam parte do imobilizado da Companhia, maiores informações na nota 15.

(iii) Em 2023, foram recebidos R\$ 729.423 do total dos dividendos destacados pela controlada CODEMIG.

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Investidas	2021	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2022	Controladora	
CODEMIG	307.778	-	747.654	-	-	(731.512)	323.920		
CBL (i)	85.137	(91.706)	46.588	(5.020)	320	(35.319)	-		
Helibrás	42.084	-	3.158	(7.635)	3.309	-	40.916		
Datora Participações	56.176	-	4.786	-	166	(1.141)	59.987		
IAS	21.633	-	712	(11.994)	-	(458)	9.893		
Biotech Town	-	502	(502)	-	-	-	-		
Outros investimentos	1.845	-	(157)	-	-	-	1.688		
	<u>514.653</u>	<u>(91.204)</u>	<u>802.239</u>	<u>(24.649)</u>	<u>3.795</u>	<u>(768.430)</u>	<u>436.404</u>		
Debêntures Biotech									
Town (ii)	(1.252)	-	(2.125)	-	-	-	(3.377)		
	<u>513.401</u>	<u>(91.204)</u>	<u>800.114</u>	<u>(24.649)</u>	<u>3.795</u>	<u>(768.430)</u>	<u>433.027</u>		
									Consolidado

Investidas	2021	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2022	Controladora	
CBL(i)	85.137	(91.706)	46.588	(5.020)	320	(35.319)	-		
Helibrás	42.084	-	3.158	(7.635)	3.309	-	40.916		
Datora Participações	56.176	-	4.786	-	166	(1.141)	59.987		
IAS	21.633	-	712	(11.994)	-	(458)	9.893		
Biotech Town	-	502	(502)	-	-	-	-		
COMIPA	268	-	(992)	-	-	992	268		
Outros investimentos	1.845	-	(157)	-	-	-	1.688		
	<u>207.143</u>	<u>(91.204)</u>	<u>53.593</u>	<u>(24.649)</u>	<u>3.795</u>	<u>(35.926)</u>	<u>112.752</u>		
Debêntures Biotech									
Town (ii)	(1.252)	-	(2.125)	-	-	-	(3.377)		
	<u>205.891</u>	<u>(91.204)</u>	<u>51.468</u>	<u>(24.649)</u>	<u>3.795</u>	<u>(35.926)</u>	<u>109.375</u>		

(i) Em setembro de 2022, a Cia alienou sua participação na Companhia Brasileira de Lítio - CBL pelo valor de R\$ 181.715, perfazendo uma receita de ganho de capital de R\$90.009.

(ii) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, de forma a reduzir o saldo de debêntures sem garantia emitidas pela investida. Em dezembro de 2022, foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativa à essas debêntures no valor do seu saldo. Desta forma, a contabilização destes excedentes ao valor contábil foi interrompida.

Informações financeiras da carteira de investimentos em controladas e coligadas consideradas para 31 de dezembro de 2023:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido
	circulante	Ativo não circulante	circulante	Passivo não circulante	
Controladas					
CODEMIG	1.364.981	890.431	1.036.760	569.974	648.678
Coligadas					
Datora Participações	38.134	148.907	34.200	67.260	85.581
Biotech Town	617	11.038	66	24.756	(13.167)
COMIPA	26.350	6.755	18.963	13.616	526
SCP Água Mineral	4.190	10.867	4.215	9.738	1.104

(b) Informações de resultado do exercício sob análise

Controladas	Receita bruta	Lucros e prejuízos do exercício	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Controladora e Consolidado
CODEMIG	1.439.249	1.586.358	-	1.586.358	
Coligadas					
Datora Participações	54.026	22.770	(1.178)	21.592	
Biotech Town	61	(3.037)	-	(3.037)	
COMIPA	117.881	7.875	-	7.875	
SCP Água Mineral	1.624	(15)	-	(15)	

15 Imobilizado

O imobilizado do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora					
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento (i)	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	124.347	446.004	56.183	171.346	23	797.903
Depreciação acumulada	-	(132.933)	(41.996)	-	-	(174.929)
Impairment	(24.687)	(112.501)	-	(80.165)	-	(217.353)
Saldo contábil, líquido	<u>99.660</u>	<u>200.570</u>	<u>14.187</u>	<u>91.181</u>	<u>23</u>	<u>405.621</u>
Aquisições	-	3.054	909	1.677	-	5.640
Baixas	(12.570)	(10.297)	(2.682)	(877)	-	(26.426)
Transferências	39.294	38.463	14.800	(92.557)	-	-
Depreciação - adições	-	(6.922)	(3.760)	-	-	(10.682)
Depreciação - baixas	-	1.557	987	-	-	2.544
Impairment (reversão)	(26.884)	15.597	(9.156)	62.269	-	41.826
Em 31 de dezembro de 2022	<u>99.500</u>	<u>242.022</u>	<u>15.285</u>	<u>61.693</u>	<u>23</u>	<u>418.523</u>
Custo	151.071	477.224	69.210	79.589	23	777.117
Depreciação acumulada	-	(138.298)	(44.769)	-	-	(183.067)
Impairment	(51.571)	(96.904)	(9.156)	(17.896)	-	(175.527)
Saldo contábil, líquido	<u>99.500</u>	<u>242.022</u>	<u>15.285</u>	<u>61.693</u>	<u>23</u>	<u>418.523</u>
Aquisições	-	-	2.189	1.379	-	3.568
Baixas	(4.044)	(36.429)	(27.161)	(22.521)	-	(90.155)
Transferências	-	3.228	6.765	(9.993)	-	-
Depreciação - adições	-	(4.527)	(2.301)	-	-	(6.828)
Depreciação - baixas	-	3.137	8.665	-	-	11.802
Impairment (reversão)	1.366	14.111	5.308	17.896	-	38.681
Em 31 de dezembro de 2023	<u>96.822</u>	<u>221.542</u>	<u>8.750</u>	<u>48.454</u>	<u>23</u>	<u>375.591</u>
Custo	147.027	444.023	51.003	48.454	23	690.530
Depreciação acumulada	-	(139.688)	(38.405)	-	-	(178.093)
Impairment	(50.205)	(82.793)	(3.848)	-	-	(136.846)
Saldo contábil, líquido	<u>96.822</u>	<u>221.542</u>	<u>8.750</u>	<u>48.454</u>	<u>23</u>	<u>375.591</u>

	Controladora					
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento (i)	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	464.138	702.791	78.839	171.346	23	1.417.137
Depreciação acumulada	-	(146.378)	(50.602)	-	-	(196.980)
Impairment	(243.377)	(244.440)	-	(80.165)	-	(567.982)
Saldo contábil, líquido	<u>220.761</u>	<u>311.973</u>	<u>28.237</u>	<u>91.181</u>	<u>23</u>	<u>652.175</u>
Aquisições	-	3.054	909	1.677	-	5.640
Baixas	(12.570)	(10.297)	(2.682)	(877)	-	(26.426)
Transferências	39.294	38.463	14.800	(92.557)	-	-
Depreciação - adições	-	(10.230)	(6.078)	-	-	(16.308)
Depreciação - baixas	-	1.557	987	-	-	2.544
Impairment (reversão)	(26.884)	18.905	(9.156)	62.269	-	45.134
Em 31 de dezembro de 2022	<u>220.601</u>	<u>353.425</u>	<u>27.017</u>	<u>61.693</u>	<u>23</u>	<u>662.759</u>
Custo	490.862	734.011	91.866	79.589	23	1.396.351
Depreciação acumulada	-	(155.051)	(55.693)	-	-	(210.744)
Impairment	(270.261)	(225.535)	(9.156)	(17.896)	-	(522.848)
Saldo contábil, líquido	<u>220.601</u>	<u>353.425</u>	<u>27.017</u>	<u>61.693</u>	<u>23</u>	<u>662.759</u>
Aquisições	-	-	2.189	1.379	-	3.568
Baixas (ii)	(4.044)	(36.429)	(27.161)	(22.521)	-	(90.155)
Transferências	-	3.228	6.765	(9.993)	-	-
Depreciação - adições	-	(5.965)	(3.858)	-	-	(9.823)
Depreciação - baixas (ii)	-	3.137	8.665	-	-	11.802
Impairment (reversão) (ii)	3.666	14.111	5.308	17.896	-	40.981
Em 31 de dezembro de 2023	<u>220.223</u>	<u>331.507</u>	<u>18.925</u>	<u>48.454</u>	<u>23</u>	<u>619.132</u>
Custo	486.818	700.810	73.659	48.454	23	1.309.764
Depreciação acumulada	-	(157.879)	(50.886)	-	-	(208.765)
Impairment	(266.595)	(211.424)	(3.848)	-	-	(481.867)
Saldo contábil, líquido	<u>220.223</u>	<u>331.507</u>	<u>18.925</u>	<u>48.454</u>	<u>23</u>	<u>619.132</u>

A existência destes ativos é condizente com o objeto social da Companhia (nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(i) O imobilizado em andamento é composto por aqueles ativos que ainda não estão disponíveis para uso. O valor em 31 de dezembro de 2023 é composto por R\$48.454 de desapropriações que ainda estão em andamento referentes à Cidade Administrativa ("CAEMG").

(ii) Em função do Programa de Gestão de Portifólios foram vendidos imóveis da Companhia, seguem os detalhes de algumas das baixas realizadas:

Ativos	Data da venda	Valor do Custo	Valor da Depreciação	Valor do Impairment
Imóvel Bairro Figueira	09/05/2023	6	-	-
SCP Água Mineral	30/06/2023	9.244	(7.855)	-
Terreno Carreira Cumprida	04/09/2023	55	-	-
Fazenda Águas Quentes	18/09/2023	28	-	-
LabFabITR	19/12/2023	74.197	(1.902)	(38.651)
Imóvel Rua Aimorés	26/12/2023	4.069	(1.980)	-
		<u>87.599</u>	<u>(11.737)</u>	<u>(38.651)</u>



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alienação LabFabITR

Em dezembro de 2023, foi efetivada a venda do empreendimento LabFabITR ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("SENAI"). A planta industrial localizada em Lagoa Santa, em fase de instalação e comissionamento foi vendida pelo valor de R\$35.221, com pagamento de sinal de 40% e o restante em 36 parcelas fixas com juros de 0,5% ao mês totalizando o valor de R\$37.233. Até a data da venda o valor contábil líquido do ativo era de R\$33.644, sendo composto por R\$1.212 de terreno, R\$15.218 de prédios, R\$4.570 de equipamentos operacionais, R\$12.641 de imobilizado em andamento e R\$3 de software.

Imóveis em garantia

O valor de todos os bens do imobilizado cedidos em garantia, em processo de execução fiscal, na Companhia é de R\$4.743 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.744 em 31 de dezembro de 2022).

Impairment de ativos

	Controladora			
	2022	Baixas	Transferências	2023
Terrenos				
Bonsucesso (i)	(10.941)	30	-	(10.911)
LabFabITR (ii)	(1.336)	1.336	-	-
Olhos D'Água (iv)	-	-	-	-
CAEMG (v)	(39.294)	-	-	(39.294)
	(51.571)	1.366	-	(50.205)
Prédios e benfeitorias				
LabFabITR (ii)	(17.339)	17.339	-	-
P7 Bemge (vi)	(37.610)	-	(3.228)	(40.838)
Expominas SJDR (vii)	(41.955)	-	-	(41.955)
	(96.904)	17.339	(3.228)	(82.793)
Equipamentos operacionais				
LabFabITR (ii)	(5.890)	12.062	(6.172)	-
P7 Bemge (vi)	(3.266)	-	(582)	(3.848)
	(9.156)	12.062	(6.754)	(3.848)
Imobilizações em andamento				
LabFabITR (ii)	(14.086)	7.914	6.172	-
P7 Bemge (vi)	(3.810)	-	3.810	-
	(17.896)	7.914	9.982	-
TOTAL	(175.527)	38.681	-	(136.846)

Consolidado

	2022	Baixas	Transferências	2023
	Terrenos			
Bonsucesso (i)	(10.941)	30	-	(10.911)
LabFabITR (ii)	(1.336)	1.336	-	-
CCPIF (iii)	(93.290)	-	-	(93.290)
Olhos D'Água (iv)	(125.400)	2.300	-	(123.100)
CAEMG (v)	(39.294)	-	-	(39.294)
	(270.261)	3.666	-	(266.595)
Prédios e benfeitorias				
LabFabITR (ii)	(17.339)	17.339	-	-
CCPIF (iii)	(128.631)	-	-	(128.631)
P7 Bemge (vi)	(37.610)	-	(3.228)	(40.838)
Expominas SJDR (vii)	(41.955)	-	-	(41.955)
	(225.535)	17.339	(3.228)	(211.424)
Equipamentos operacionais				
LabFabITR (ii)	(5.890)	12.062	(6.172)	-
P7 Bemge (vi)	(3.266)	-	(582)	(3.848)
	(9.156)	12.062	(6.754)	(3.848)
Imobilizações em andamento				
LabFabITR (ii)	(14.086)	7.914	6.172	-
P7 Bemge (vi)	(3.810)	-	3.810	-
	(17.896)	7.914	9.982	-
TOTAL	(522.848)	40.981	-	(481.867)

(i) Terreno Bonsucesso

Em 2019, havia a intenção de doação pela Companhia ao Estado de MG de dois terrenos localizados no bairro Bonsucesso, em Belo Horizonte-MG, que possuíam valor contábil de R\$21.863, totalmente registrados como *impairment*.

Em março de 2022, a Administração desautorizou a doação ao Estado de MG. Sendo assim, com base nos laudos de avaliação elaborados em 2021, por consultoria especializada, foi registrada uma reversão de *impairment* no valor de R\$5.982.

Em setembro de 2022, foi realizada a venda de um dos terrenos, Bonsucesso II, revertendo o *impairment* em mais R\$4.645. Em outubro de 2022, em função de novo laudo de avaliação o *impairment* foi revertido em mais R\$295. Em 2023 foi elaborado laudo de reavaliação do terreno, no qual foi registrada uma reversão de R\$30.

O valor da perda por redução ao valor recuperável até 31 de dezembro de 2023 é de R\$10.911 (R\$10.941 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) LabFabITR

Em junho de 2022, foi realizado um *valuation* do empreendimento e foi registrada uma perda por redução ao valor recuperável. Em dezembro de 2023, o empreendimento foi vendido e consequentemente baixado o *impairment* registrado de R\$38.651.

(iii) Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios do Grupo, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento. A avaliação por meio do método evolutivo resultou em uma perda por *impairment* no valor de R\$221.921 (R\$221.921 em 31 de dezembro de 2022).

(iv) Terreno do Bairro Olhos D'Água

Em 2019 foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios do Grupo, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda por *impairment* no valor de R\$123.965. Em 2023 foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão de R\$2.300.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$123.100 (R\$125.400 em 31 de dezembro de 2022).

(v) Cidade Administrativa (CAEMG)

Em 2019, dois terrenos tiveram seu valor contábil provisionado para perda por valor recuperável devido ao plano da Administração de doá-los ao Estado de Minas Gerais. O mais relevante, no montante de R\$39.294, é um terreno desapropriado onde encontra-se localizado uma via de acesso à Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais e um túnel.

(vi) P7 Bemge

Em 31 de dezembro de 2019, ao se avaliar o valor em uso das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, não foi possível verificar o seu valor recuperável devido às mudanças de planejamento estratégico. O valor da perda por redução ao valor recuperável registrada até 31 de dezembro de 2023 é de R\$44.686 (R\$44.686 em 31 de dezembro de 2022). O edifício está localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, é de propriedade da Fundação João Pinheiro, está cedido à Codemge, que por sua vez subcedeu à Associação P7 Criativo para execução do projeto de mesmo nome, P7 Criativo.

(vii) Expominas São João Del Rei ("SJDR")

A Administração do Grupo decidiu pela descontinuidade de quaisquer investimentos para finalização do imóvel que seria destinado a ser o Expominas São João Del Rei. Tal decisão finalizava qualquer hipótese de concretização do negócio então realizado entre a Prefeitura do município de São João Del Rei, em que o município doou o terreno à Codemge – à época Codemig – com a contrapartida da construção de um centro de convenções para a cidade. Considerando o inadimplemento pela Codemge da sua parte no contrato firmado, o município requereu judicialmente a reversão do imóvel para si. Sendo assim, a Administração não esperava que tal imóvel tivesse mais nenhum benefício econômico para o Grupo, e em 2021 registrou o valor da perda por redução ao valor recuperável no valor total do imóvel.

No entanto, em dezembro de 2022 foi realizado um acordo judicial que consistiu em pagamento ao município de R\$9.000. Em contrapartida, a Companhia adquiriu a propriedade do imóvel, com todas as benfeitorias e acessões, de forma definitiva e isenta de quaisquer ônus ou ressalvas. Ademais, a Companhia obteve a liberação, de forma expressa, para dar ao imóvel, a seu exclusivo critério de oportunidade e conveniência, a destinação econômica que seja aderente ao seu objeto social, podendo, inclusive, aliená-lo. Sendo assim, com base na avaliação do imóvel realizada em 2021, foram revertidos R\$37.524 da provisão para perda do valor recuperável, em dezembro de 2022. O valor do *impairment* registrado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$41.955 (R\$41.955 em 31 de dezembro de 2022).

16 Intangível

O intangível do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora					
	Custos de desenvolvimento (i)	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	42.014	2.207	264	2.152	12.214	58.851
Amortização acumulada	-	(3)	-	(1.979)	(13)	(1.995)
<i>Impairment</i>	(22.807)	-	(7)	-	(12.029)	(34.843)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.204	257	173	172	22.013
Aquisições	300	-	-	7	25	332
Baixas	(2.988)	-	-	-	-	(2.988)
Amortização – adições	-	-	-	(102)	(1)	(103)
<i>Impairment</i>	2.688	-	-	-	-	2.688
Em 31 de dezembro de 2022	19.207	2.204	257	78	196	21.942
Custo	39.326	2.207	264	2.159	12.239	56.195
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.081)	(14)	(2.098)
<i>Impairment</i>	(20.119)	-	(7)	-	(12.029)	(32.155)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.204	257	78	196	21.942
Aquisições	-	-	-	30	-	30
Baixas	-	-	(7)	(7)	-	(14)
Amortização – adições	-	-	-	(55)	(1)	(56)
Amortização – baixa	-	-	-	1	-	1
<i>Impairment</i>	(19.207)	-	7	-	-	(19.200)
Em 31 de dezembro de 2023	-	2.204	257	47	195	2.703
Custo	39.326	2.207	257	2.182	12.239	56.211
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.135)	(15)	(2.153)
<i>Impairment</i>	(39.326)	-	-	-	(12.029)	(51.355)
Saldo contábil, líquido	-	2.204	257	47	195	2.703

Consolidado

	Custos de desenvolvimento (i)	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
	Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	42.014	2.208	271	2.152	12.226	58.871
Amortização acumulada	-	(3)	-	(1.979)	(14)	(1.996)
<i>Impairment</i>	(22.807)	-	(7)	-	(12.029)	(34.843)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.205	264	173	183	22.032
Aquisições	300	-	-	7	25	332
Baixas	(2.988)	-	-	-	-	(2.988)
Amortização - adições	-	-	-	(102)	(2)	(104)
<i>Impairment</i>	2.688	-	-	-	-	2.688
Em 31 de dezembro de 2022	19.207	2.205	264	78	206	21.960
Custo	39.326	2.208	271	2.159	12.251	56.215
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.081)	(16)	(2.100)
<i>Impairment</i>	(20.119)	-	(7)	-	(12.029)	(32.155)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.205	264	78	206	21.960
Aquisições	-	-	-	30	-	30
Baixas	-	-	(7)	(7)	-	(14)
Depreciação - adições	-	-	-	(55)	(1)	(56)
Depreciação - baixas	-	-	-	1	-	1
<i>Impairment</i>	(19.207)	-	7	-	-	(19.200)
Em 31 de dezembro de 2023	-	2.205	264	47	205	2.721
Custo	39.326	2.208	264	2.182	12.251	56.231
Depreciação acumulada	-	(3)	-	(2.135)	(17)	(2.155)
<i>Impairment</i>	(39.326)	-	-	-	(12.029)	(51.355)
Saldo contábil, líquido	-	2.205	264	47	205	2.721

Consolidado

	Custos de desenvolvimento (i)	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
	Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	42.014	2.208	271	2.152	12.226	58.871
Amortização acumulada	-	(3)	-	(1.979)	(14)	(1.996)
<i>Impairment</i>	(22.807)	-	(7)	-	(12.029)	(34.843)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.205	264	173	183	22.032
Aquisições	300	-	-	7	25	332
Baixas	(2.988)	-	-	-	-	(2.988)
Amortização - adições	-	-	-	(102)	(2)	(104)
<i>Impairment</i>	2.688	-	-	-	-	2.688
Em 31 de dezembro de 2022	19.207	2.205	264	78	206	21.960
Custo	39.326	2.208	271	2.159	12.251	56.215
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.081)	(16)	(2.100)
<i>Impairment</i>	(20.119)	-	(7)	-	(12.029)	(32.155)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.205	264	78	206	21.960
Aquisições	-	-	-	30	-	30
Baixas	-	-	(7)	(7)	-	(14)
Depreciação - adições	-	-	-	(55)	(1)	(56)
Depreciação - baixas	-	-	-	1	-	1
<i>Impairment</i>	(19.207)	-	7	-	-	(19.200)
Em 31 de dezembro de 2023	-	2.205	264	47	205	2.721
Custo	39.326	2.208	264	2.182	12.251	56.231
Depreciação acumulada	-	(3)	-	(2.135)	(17)	(2.155)
<i>Impairment</i>	(39.326)	-	-	-	(12.029)	(51.355)
Saldo contábil, líquido	-	2.205	264	47	205	2.721

Consolidado

	Custos de desenvolvimento (i)	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
	Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	42.014	2.208	271	2.152	12.226	58.871
Amortização acumulada	-	(3)	-	(1.979)	(14)	(1.996)
<i>Impairment</i>	(22.807)	-	(7)	-	(12.029)	(34.843)
Saldo contábil, líquido	19.207	2.205	264	173	183	22.032
Aquisições	300	-	-	7	25	332
Baixas	(2.988)	-	-	-	-	(2.988)
Amortização - adições	-	-	-	(102)	(2)	(104)
<i>Impairment</i>	2.688	-	-	-	-	2.688
Em 31 de dezembro de 2022	19.207					



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Custo de desenvolvimento

MGgrafeno

A Companhia atuou no projeto para pesquisa e desenvolvimento de grafeno, por meio de Acordo de Parceria com a UFMG e CDTN. No entanto, em junho de 2023, conforme novas diretrizes da Companhia, foi assinado o distrato de tal Acordo.

Em função do Acordo, a Codemge havia investido no MGgrafeno R\$39.326 até 31 de dezembro de 2023 (R\$39.326 em 31 de dezembro de 2022).

No distrato foi estipulado que a Codemge transfere à UFMG e CDTN, sem qualquer devolução de valor, a propriedade de todos os equipamentos, bem como o direito de propriedade intelectual das tecnologias gerados no âmbito do projeto.

Impairment de Custos de Desenvolvimento

Apesar do distrato supracitado estabelecer que a Companhia irá participar em 49,12% de qualquer ganho econômico decorrente de eventual exploração econômica das tecnologias geradas pelo MGgrafeno, não é possível que a Companhia tenha certeza sobre o fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso dessas tecnologias. Diante disso, em junho de 2023 foi realizado o impairment da totalidade do ativo.

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2023 é de R\$39.326 (R\$20.119 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Direitos de lavras e jazidas

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos direitos de lavras e jazidas em 31 de dezembro de 2023 é de R\$12.029 (R\$12.029 em 31 de dezembro de 2022). O valor refere-se em sua maioria aos direitos de exploração de água mineral localizados em parques, balneários e termas que não são explorados ou não possuem lucratividade na sua exploração.

17 Contas a pagar

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ / CSLL SCP (i)	-	-	630.291	605.442
Valores a ressarcir a SCP (ii)	-	-	-	41.441
Fornecedores nacionais (iii)	4.843	1.630	4.911	1.823
Outros	3	5	3	5
	<u>4.846</u>	<u>1.635</u>	<u>635.205</u>	<u>648.711</u>
Circulante	4.846	1.635	635.205	608.998
Não circulante	-	-	-	39.713
	<u>4.846</u>	<u>1.635</u>	<u>635.205</u>	<u>648.711</u>

(i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando ocorre a apuração do lucro real da SCP e sua quitação junto à Fazenda Federal pela CBMM.

(ii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25%. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria na moeda transacionada. Sendo assim, o Grupo, para refletir essa obrigação derivada da variação cambial, referente às antecipações de receita contratadas pela CBMM, passou a registrar o passivo derivado de sua participação dessas operações em seu balanço e realizá-lo apenas no momento da amortização da dívida pela CBMM, quando a variação cambial final da operação é deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP. Para melhor apresentação dessas demonstrações financeiras, o saldo ativo de variação cambial com vencimento superior a um ano, em 31 de dezembro de 2023, foi apresentado na nota 22.

(iii) Em dezembro de 2023, houve um aumento de R\$3.213 de fornecedores nacionais em função da realização de patrocínios de eventos realizados neste mês. Vide Nota 26.

18 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributos retidos de terceiros	418	418	680	678
Tributos retidos sobre salários	2.548	1.540	2.548	1.540
PIS e COFINS	6.053	4.178	6.911	5.054
Imposto sobre mercadorias e serviços	90	65	103	81
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.786	3.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.454	15.134	8.454	15.134
	<u>17.563</u>	<u>21.335</u>	<u>21.482</u>	<u>25.591</u>
Circulante	9.109	6.201	13.028	10.457
Não circulante	8.454	15.134	8.454	15.134
	<u>17.563</u>	<u>21.335</u>	<u>21.482</u>	<u>25.591</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos advêm do reconhecimento de ganho patrimonial líquido dos instrumentos financeiros classificados pelo VJORA, conforme notas 4, 14.1 e 24 (f). A variação patrimonial positiva, portanto, não afeta nem o resultado contábil ou resultado fiscal e é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, gerando assim uma diferença temporária tributável, e por consequência um passivo fiscal diferido.

19 Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais	192.108	-	375.501	113.530
Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais	10.000	-	12.940	2.940
Dividendos a pagar à MGI	2	-	2	-
	<u>202.110</u>	<u>-</u>	<u>388.443</u>	<u>116.470</u>

20 Salários e encargos sociais

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Férias	9.514	4.912
Participação nos lucros e resultados (PLR)	3.972	3.465
INSS	4.530	2.289
FGTS	1.477	802
Outros	424	185
	<u>19.917</u>	<u>11.653</u>

21 Adiantamento de convênios

Trata-se de convênio de saída firmado em 31 de outubro de 2023 entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais ("FHEMIG"), e a Companhia, com intervenção da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade ("SEINFRA") e da Fundação Ezequiel Dias ("FUNED").

Constitui objeto do convênio a conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para a realização de estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada ("PPP") de um novo Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais. Por meio da estruturação da referida PPP a futura concessionária vencedora da licitação será responsável pela construção do Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Para execução do objeto foram alocados recursos pela concedente oriundo do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais no valor de R\$20.000. Os repasses foram realizados em dezembro de 2023, sendo R\$16.000 pela concedente FHEMIG e R\$4.000 pelo interveniente FUNED.

Os recursos enviados pela concedente serão utilizados para pagamento dos estudos a serem realizados pela International Finance Corporation ("IFC"), dentre outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto do convênio. A IFC é uma instituição com experiência nas áreas de estruturação e modelagem de projetos de concessões e parcerias público-privadas em vários setores, incluindo o setor de saúde.

Até 31 de dezembro de 2023 já haviam sido repassados R\$884 à contratada IFC pela entrega de parte dos estudos. O recurso recebido pela Companhia está aplicado em conta bancária específica do convênio e será prestado contas do mesmo, conforme estipulado nos termos do convênio.

	Controladora e consolidado			
	Recebido	Repassado	Rendimento financeiro	
			A repassar	
FHEMIG e FUNED	20.000	(884)	63	19.179
	<u>20.000</u>	<u>(884)</u>	<u>63</u>	<u>19.179</u>
Conforme cronograma previsto de entregas dos estudos, segue abertura por ano de desembolso pela Companhia.				
			Controladora e consolidado	
			2023	2022
Por ano de desembolso				
2024			9.805	-
2025			9.374	-
			<u>19.179</u>	<u>-</u>

22 Adiantamentos e cauções recebidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento de receitas SCP (i)	-	-	583.988	622.603
Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii)	838	774	838	774
Valores a ressarcir a SCP (iii)	-	-	(36.354)	-
	<u>838</u>	<u>774</u>	<u>548.472</u>	<u>623.377</u>
Circulante	838	774	22.760	19.981
Não circulante	-	-	525.712	603.396
	<u>838</u>	<u>774</u>	<u>548.472</u>	<u>623.377</u>

(i) A Codemig, através de sua participação na SCP, em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação e antecipações de contrato de exportação ("ACE") da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$24.757 foram recebidos em 2015, R\$48.017 em 2018, R\$77.500 em 2019 e R\$433.714 em 2022 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2023 e 2029. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e são cobrados no momento em que a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

(ii) Os adiantamentos de clientes e cauções recebidos decorrem do registro de depósitos em garantias dos contratos de prestação de serviço e valores recebidos antecipadamente sob a forma de sinal, relativos aos contratos de compra e venda de estoque de imóveis a comercializar e contratos de locação dos auditórios dos quais o Grupo é proprietário e gestor. A medida em que os imóveis são transferidos e que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados.

(iii) Saldos de variação cambial reconhecidos por competência e derivados de sua participação em operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP. Vide Nota 17 (ii).

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

	Controladora e consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Por ano de vencimento				
2023	-	774	-	19.981
2024	838	-	26.600	93.187
2025	-	-	36.686	69.249
2026	-	-	69.249	69.249
2027	-	-	341.683	333.180
2028	-	-	71.585	22.018
2029	-	-	39.023	16.513
	<u>838</u>	<u>774</u>	<u>584.826</u>	<u>623.377</u>



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingências cíveis (i)	3.909	3.459	42.162	40.294
Contingências tributárias (ii)	6.580	5.016	12.589	10.978
Contingências administrativas	991	824	991	824
Contingências trabalhistas	206	569	206	569
Contingências ambientais	1.923	1.805	1.923	1.805
Outras contingências	1.335	1.335	1.335	1.335
	<u>14.944</u>	<u>13.008</u>	<u>59.206</u>	<u>55.805</u>

(i) Do saldo total consolidado, R\$38.253 (R\$36.834 em 31 de dezembro de 2022) decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identifica quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Em junho de 2023, foi determinado pelo juízo o pagamento dos valores das ações ao ex-acionista Solaris Company Ltda com correção. A Companhia aguarda ainda o trânsito em julgado da decisão para sua confirmação ou revisão, visando eventual depósito em juízo e baixa da provisão.

(ii) Refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos do Grupo. Em razão de impedimentos regulamentares, o Grupo não consegue liquidá-los e, portanto, decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo está envolvido em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios com risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos envolvendo a Companhia no montante de R\$26.062 em 31 de dezembro de 2023 (R\$19.472 em 31 de dezembro de 2022) e envolvendo o Grupo em R\$50.345 em 31 de dezembro de 2023 (R\$19.591 em 31 de dezembro de 2022), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Em abril de 2023, por decisão monocrática proferida no âmbito do STF, houve determinação condenatória para arbitramento de honorários sucumbenciais, referente a uma ação popular de junho de 2018 cujo objeto principal foi o cancelamento da emissão de debêntures envolvendo o Estado de Minas Gerais "EMG", a Minas Gerais Participações "MGI" e a Companhia. A contingência passiva está sob responsabilidade da Codemig e o risco de perda da contingência é considerado possível, sendo que o valor estimado é de R\$24.157. Em 15 de maio de 2023, a Codemig interpôs recurso de agravo interno visando à reforma da decisão, em revisão pelo órgão colegiado do STF.

Exceto pela contingência cível provisionada pela Codemig, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis, restando somente aqueles processos que envolviam os ativos que se mantiveram na Codemig após a cisão.

24 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Codemge é de R\$574.396 (R\$574.396 em 31 de dezembro de 2022), representado por 205.221 ações, sendo que o Governo de Minas Gerais detém 205.219 e a MGI detém 2 ações.

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2023, a reserva de capital é de R\$580.943 (R\$580.943 em 31 de dezembro de 2022) referente a ágio na emissão de ações em que parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

(d) Reservas de lucro

(d.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma, acrescido da reserva de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal da Companhia era de R\$62.996 (R\$62.996 em 31 de dezembro de 2022).

(d.2) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal e a proposição de dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia destinou o saldo remanescente dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros. Deste montante, foi proposto pela Diretoria a manutenção da reserva de retenção de lucros no valor de R\$500.000 para aplicação no Projeto de Municipalização de Rodovias e o pagamento de dividendos adicionais restantes no valor de R\$166.331, que serão deliberados em Assembleia prevista para abril de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva de retenção de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$672.705 (R\$569.277 em 31 de dezembro de 2022).

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A política de dividendos da Codemge determina a distribuição anual mínima de 25% dos lucros, após destinações legais e estatutárias. Os saldos dos proventos distribuídos estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	888.441	821.923	1.665.755	1.540.254
Reserva de lucros	672.705	569.277	672.705	569.277
Reservas de lucros distribuídas (i)	564.712	199.883	580.221	199.883
Dividendos intercalares distribuídos	-	217.211	650.523	824.035
Dividendos intercalares a deliberar	-	-	33.376	41.193
Juros sobre o capital próprio creditados	30.000	40.000	49.600	58.620
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	192.110	-	243.780	36.185
Total de proventos distribuídos	<u>786.822</u>	<u>457.094</u>	<u>1.557.500</u>	<u>1.159.916</u>

(i) Valor referente a distribuição de dividendos anuais relativos ao exercício anterior deliberados em Assembleia Geral, posteriormente ao encerramento das Demonstrações Financeiras.

A Companhia realizou de janeiro a dezembro de 2023 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$30.000 na controladora e R\$49.600 no consolidado, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Patrimônio líquido	1.905.122	1.836.069	2.222.974	2.147.285
Lucro líquido do exercício	888.441	821.923	1.665.755	1.540.254
Lucro líquido ajustado, conforme Art. 75 da IN 1.700/2017	918.441	861.920	2.566.431	2.057.894
Limite da TJLP sobre o patrimônio líquido ajustado	126.027	108.406	168.600	149.334
Saldo do limite de 50% dos lucros do exercício	<u>459.221</u>	<u>430.960</u>	<u>1.283.216</u>	<u>1.028.949</u>
Juros sobre o capital próprio	<u>30.000</u>	<u>40.000</u>	<u>49.600</u>	<u>58.620</u>

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$14.082, em 31 de dezembro de 2023, (R\$48.457 em 31 de dezembro de 2022) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas – nota 14.2 – e dos investimentos mensurados a VJORA – nota 14.1. No primeiro trimestre de 2023, a Companhia realizou a baixa de R\$17.238 dos saldos relacionados à Helibrás em contrapartida ao resultado do período em decorrência da alienação da participação ocorrida em fevereiro. Além disso, parte do valor anteriormente contabilizado como ajuste de avaliação patrimonial (R\$1.808) foi registrado diretamente em contrapartida ao lucro acumulado no patrimônio líquido e refere-se à reserva de reavaliação do ativo imobilizado.

25 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita – SCP (i)	-	-	1.435.716	1.360.488
Arrendamentos (ii)	60.954	61.954	60.958	61.958
Receita com vendas, serviços e locações (iii)	15.481	10.967	19.010	13.433
Receita bruta	<u>76.435</u>	<u>72.921</u>	<u>1.515.684</u>	<u>1.435.879</u>
Impostos	(9.668)	(6.853)	(9.995)	(7.081)
Devoluções e deduções da receita líquida	<u>(3.174)</u>	<u>-</u>	<u>(3.174)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u>63.593</u>	<u>66.068</u>	<u>1.502.515</u>	<u>1.428.798</u>

(i) Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	2023	2022
Resultado da SCP		
Receita bruta de vendas	11.618.278	11.078.684
Devoluções e deduções de receita de vendas	<u>(192.936)</u>	<u>(124.933)</u>
Receita líquida de vendas	<u>11.425.342</u>	<u>10.953.751</u>
Custo de vendas	<u>(2.317.470)</u>	<u>(2.109.989)</u>
Margem bruta nas vendas	<u>9.107.872</u>	<u>8.843.762</u>
Despesas estruturais	(494.041)	(377.775)
Outras receitas operacionais	<u>26.811</u>	<u>42.534</u>
Lucro operacional	<u>8.640.642</u>	<u>8.508.521</u>
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	<u>(307.704)</u>	<u>(438.292)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	<u>8.332.938</u>	<u>8.070.229</u>
Participação de 25% da Companhia	2.083.235	2.017.557
Varição cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	77.795	41.837
Imposto de renda e contribuição social corrente – SCP	(619.728)	(588.719)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar	(10.563)	(16.723)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais	<u>(95.023)</u>	<u>(93.464)</u>
Receita - SCP	<u>1.435.716</u>	<u>1.360.488</u>

Considerando que o Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 18).

(ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas, pela realização de eventos.

(iii) Valores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se principalmente às receitas do Centro Cultural Itamar Franco, venda de distritos industriais e bilheteria de parques. Em agosto de 2023, foram recebidos R\$6.700 pela negociação do Distrito Industrial de Betim vendido anteriormente à FCA Fiat, o valor refere-se a taxa cobrada pela transferência do Distrito a terceiros, conforme estipulava o contrato de venda.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal (i)	(71.226)	(55.280)	(78.198)	(59.095)
Encargos sociais	(14.660)	(11.779)	(14.660)	(11.779)
Despesas de uso e consumo	(2.488)	(2.691)	(4.629)	(4.254)
Serviços de apoio e limpeza	(14.166)	(13.634)	(14.464)	(13.940)
Serviços de consultoria e auditoria (ii)	(6.147)	(13.950)	(10.021)	(14.961)
Serviços de engenharia e manutenção	(7.636)	(9.988)	(8.612)	(11.044)
Serviços de vigilância	(958)	(1.243)	(1.505)	(1.758)
Serviços de informática	(4.618)	(4.976)	(4.631)	(4.988)
Publicidade e patrocínio (iii)	(15.508)	(1.966)	(15.508)	(1.966)
Indenizações (iv)	(1.209)	(9.282)	(1.209)	(9.282)
Despesas tributárias	(1.955)	(3.343)	(3.448)	(4.699)
Depreciação e amortização	(6.884)	(10.387)	(9.879)	(16.013)
(Perda por redução) / reversão adequação ao valor recuperável (v)	(22.329)	31.549	(20.029)	34.857
(Provisão) / reversão provisão para contingências	(649)	1.690	(449)	882
Reversão/ (Perda) esperada de créditos de liquidação duvidosa	245	(190)	577	67
Outras	(4.256)	(3.004)	(4.408)	(3.195)
	(174.444)	(108.474)	(191.073)	(121.168)

(i) Em dezembro de 2023 a Companhia decidiu por meio de sua Diretoria, firmar o Acordo Coletivo para os anos de 2021 a 2023 nos termos demandados pelos empregados, conforme a redação original vigente até julho de 2021, regularizando a situação e garantindo o recebimento retroativo dos benefícios de prêmio de férias suspensos no período no valor de R\$3.446.

Sobre o valor consolidado, em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido na cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.

(ii) Em 2022, foi gasto o montante de R\$5.400 com consultoria para revisão estratégica do novo modelo de atuação da Companhia, R\$1.664 para a elaboração de estudos de viabilidade técnica dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na região nordeste de Minas Gerais, e R\$2.634 com a Ceres referente a estudos e consultoria para avaliação do portfólio de investimentos.

(iii) Em 2023, houve um aumento de R\$13.542, referente a realização de novos patrocínios e campanhas de publicidade e propaganda, refletindo o reposicionamento estratégico da Companhia.

(iv) Em 2022 a companhia desembolsou o valor total de R\$9.000 para a prefeitura municipal de São João Del Rei referente a indenizações em função ao cumprimento do acordo celebrado nos autos da ação judicial do Expominas de São João Del Rei. (vide nota 15)

(v) As explicações para a variação estão especificadas por grupo de ativos conforme abaixo:

(a) Expominas São João Del Rei

Em dezembro de 2022 foi realizado um acordo judicial com a Prefeitura de SJDR, em que a companhia teve a propriedade do imóvel a seu exclusivo critério de oportunidade e conveniência. Em função disso, foram revertidos R\$37.524, referente a parte da provisão para impairment registrada em 2021, conforme valor de avaliação do imóvel realizada no mesmo ano. (vide nota 15)

(b) MGgrafeno

No 2º trimestre de 2023, foi registrada a provisão para perda ao valor recuperável do projeto MGgrafeno no valor de R\$19.207 em função da saída da Companhia do projeto. Para mais detalhes. (vide nota 16).

27 Gastos com desenvolvimento

	Controladora		Consolidado	
	Valor do convênio	Valor total repassado até 2023	Valores desembolsados em 2023	Valores desembolsados em 2022
Convênio 1380 - Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia	11.875	9.273	-	-
Convênio 10368 - Polícia Militar de Minas Gerais	2.651	1.937	-	31
Convênio 10953 - Convênio obra Pavão	11.000	10.000	2.647	5.000
Convênio 10954 - Convênio projetos Pontes	2.500	747	-	-
Convênio 10971 - Sistema BIM	1.830	1.330	220	-
Convênio 11065 - Sebrae-MG - Programa Sebraetec	10.000	10.000	4.000	-
Convênio 11369 - Associação Mineira de Municípios - AMM	801	801	801	-
Convênio 11452 - Município de Lagoa Santa	3.700	1.000	1.000	-
	44.357	35.088	8.668	5.031
			8.668	5.098

Dentre os convênios apresentados acima, o Convênio 10.368 mantido com a Polícia Militar de Minas Gerais, foi encerrado no ano 2022. Os convênios: 10.953 - Convênio Obra Pavão, 10.971 - Convênio Sistema Bim e 11.065 - Convênio Sebrae-MG - Programa Sebraetec, foram encerrados no segundo e terceiro trimestre de 2023. Os demais encontram-se vigentes até a data da apresentação desta demonstração financeira.

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Parcerias (i)	(11.303)	(9.285)	(11.813)	(9.285)
Recuperações de taxas e despesas (ii)	8.165	8.234	8.787	8.592
Perda de recebíveis (iii)	(390)	(12.746)	(491)	(13.409)
Ganho na venda de imobilizado (iv)	26.017	-	26.017	-
Baixa na transferência de imobilizado (v)	(52)	(19.123)	(52)	(19.123)
Ganho na venda de investimento (vi)	73.375	90.009	73.375	90.009
Receita com dividendos (vii)	35	7.233	44	7.237
Perda na alienação de instrumento financeiro (viii)	-	(7.368)	-	(7.368)
Outras	(2.561)	(268)	(2.571)	(273)
	93.286	56.686	93.296	56.380

(i) Até 31 de dezembro de 2023 foram repassados R\$11.303, para custeio e manutenção do Invest Minas, conforme art. 2º da Lei 22.287/2016. No exercício de 2022 foi repassado o valor total de R\$9.238.

(ii) Em janeiro de 2022 foi implementada na Codemge a Coordenação de Contratos e Convênios, na qual foi centralizada a gestão dos contratos de convênios e instrumentos congêneres. A coordenação elaborou um plano de ação para a recuperação dos valores pendentes dos convênios celebrados. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolver o recurso atualizado monetariamente. No exercício de 2023, dentre o saldo de valores recuperados, R\$3.092 são em função destes trabalhos desenvolvidos pela coordenação. Os valores recuperados nesse exercício são referentes a convênios do ano de 2014 a 2020 aos quais já realizaram as prestações de contas à Companhia. No exercício de 2022 foi recuperado o valor total de R\$7.702. Desde o início da implementação da Coordenação de Contratos e Convênios até o final deste exercício, foi recuperado o valor total de R\$10.794 referente aos convênios realizados entre os anos de 2014 a 2020.

Além das recuperações de convênios citadas acima, houve outras receitas com recebimentos de precatórios junto à Fazenda Nacional no valor de R\$3.839.

(iii) Em dezembro de 2022, em função à finalização da negociação do termo aditivo ao contrato de reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela Nutribom, foram provisionadas para Perda definitiva o montante de R\$12.746 referente às contas a receber do exercício 2022. Após uma reavaliação de datas propostas do termo aditivo do contrato, o faturamento que seria retomado a partir de junho de 2023 foi transferido para janeiro de 2024.

(iv) No exercício de 2023 houve um ganho de capital no total de R\$26.017, referente a realização de vendas de alguns ativos imobilizados da Companhia. Abaixo segue tabela demonstrando os ganhos obtidos através destas vendas.

Ativos	Data da venda	Controladora e Consolidado		
		Valor do Custo,	Valor do Ganho	Valor do Ganho
Imóvel Bairro Figueira	09/05/2023	20	(6)	14
SCP Água Mineral	30/06/2023	5.943	(1.389)	4.554
Terreno Carreira Cumprida	04/09/2023	1.269	(55)	1.214
Fazenda Águas Quentes	18/09/2023	5.288	(28)	5.260
LabFabITR	19/12/2023	37.233	(33.644)	3.589
Imóvel Rua Aimorés	26/12/2023	13.475	(2.089)	11.386
		63.228	(37.211)	26.017

(v) Em setembro de 2022, em função do encerramento do convênio com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem (DER-MG), foi baixado o valor de R\$9.922 referente ao valor investido no ativo do Terminal Rodoviário. Para mais informações vide nota 2.6. Ainda em setembro de 2022, foi realizada a doação no valor de R\$13.000, ao Estado de Minas Gerais, da Fazenda Mato Grosso I em Ribeirão das Neves.

(vi) Em setembro de 2022 foi finalizada a venda das ações da Companhia Brasileira de Lítio (CBL) sendo reconhecido como receita de ganhos de alienação de investimentos o valor de R\$90.009 no resultado da Companhia. Em fevereiro de 2023, em função da fomalização da venda das ações da Helibras e da IAS, foi registrado o ganho na alienação da participação societária da Companhia no valor de R\$73.375.

(vii) Em abril de 2022, foi reconhecida receita com dividendos do BDMG no valor de R\$7.233. Por se tratar de instrumento financeiro, os dividendos a receber do BDMG foram reconhecidos como receita, no resultado da Companhia.

(viii) Em novembro de 2022 ocorreu deliberação em assembleia pela redução do capital da companhia. Como forma de remuneração a título de devolução da participação do EMG no capital social da companhia, a proposta aprovada determinou a transferência das ações do BDMG. Em função disso, a Companhia registrou no seu resultado o valor total de R\$7.368 como perdas na alienação de investimento. (Vide nota 14).

29 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem como o benchmark o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices também influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	96.753	50.322	289.215	187.008
PIS/COFINS receitas financeiras	(4.951)	(2.426)	(13.227)	(9.193)
Varição monetária ativa (i)	20.517	1.415	28.785	10.266
Outras	161	137	223	139
	112.480	49.448	304.996	188.220
Despesas				
Perdas aplicações e instrumentos financeiros	(428)	(8)	(481)	(41)
Varição monetária passiva	(1.346)	(1.263)	(3.012)	(3.671)
IOF	(1.136)	(35)	(2.468)	(729)
PIS/COFINS Juros sobre capital próprio	(2.006)	(1.925)	(2.006)	(1.925)
Descontos concedidos	-	(424)	-	(423)
Outras	(122)	(134)	(122)	(136)
	(5.038)	(3.789)	(8.089)	(6.925)
	107.442	45.659	296.907	181.295

(i) Em 31 de dezembro de 2023 foram atualizados os depósitos judiciais em R\$18.243.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real a alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da operação do nióbio, é tributada na própria SCP. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	888.441	829.984	1.695.183	1.566.637
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	-	(8.061)	-	(8.061)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(302.070)	(279.454)	(576.362)	(529.916)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	-	488.143	462.566
Resultado com participações societárias	274.559	263.658	850	9.118
Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas	39.098	22.858	56.906	39.109
Ativo diferido não registrado (i)	(11.587)	(7.062)	(11.587)	(7.062)
Utilização de prejuízos fiscais	-	-	12.622	7.863
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	-	(29.428)	(18.322)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>0,00%</i>	<i>0,00%</i>	<i>1,74%</i>	<i>1,17%</i>

(i) A Administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos por não verificar uma perspectiva de lucro fiscal nos exercícios seguintes. A Companhia possui um saldo de R\$619.489 de prejuízo fiscal e base negativa (R\$585.410 em 31 de dezembro de 2022) e o Grupo possui um saldo de R\$1.192.483 de prejuízo fiscal e R\$1.198.951 de base negativa (R\$1.195.529 de prejuízo fiscal e R\$1.201.996 de base negativa em 31 de dezembro de 2022). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% de 30% dos lucros projetados (limite de utilização de prejuízos fiscais, conforme regra do benefício fiscal vigente).

31 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	2023	2022
Operações continuadas		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	888.441	829.984
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	205.221	205.221
Lucro básico e diluído por ação (reais)	4.329,19	4.044,33
Operações descontinuadas		
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	-	(8.061)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	205.221	205.221
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	-	(39,28)

32 Cobertura de Seguros

O Grupo avalia e monitora os riscos de suas operações e realiza a gestão dos seguros patrimoniais visando preservar a integridade dos bens imóveis da Companhia, garantindo a manutenção do patrimônio e a redução de prejuízos. Além disso, dispõe de um seguro de responsabilidade civil com cobertura para processos judiciais ou administrativos com atos de gestão da Administração.

O Grupo ainda toma medidas adicionais para garantir a segurança de seus ativos, tais como instalação de câmeras de vigilância, alarmes, contratação de vigilantes e sistemas de combate a incêndio. Atualmente, a Companhia assegura ativos com benfeitorias que estejam sendo utilizados pelo Grupo ou que será utilizado em algum projeto relevantes e que tenham valor de mercado superior a R\$1.000.

Seguem abaixo os principais Contratos de Seguros do Grupo:

Bem Segurado	Tipo de cobertura	Início Vigência	Fim Vigência	Controladora		Consolidado	
				Importância Segurada	Prêmio Anual	Importância Segurada	Prêmio Anual
Centro de Cultura Presidente Itamar Franco	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	05/09/2023	05/09/2024	-	-	194.243	102
Grande Hotel de Araxá	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	10/06/2023	10/06/2024	151.386	320	151.386	320
Minascentro	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	23/12/2023	23/12/2024	98.966	20	98.966	20
Prédio sede da CODEMGE	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	15/03/2023	15/03/2024	33.800	19	33.800	19
Thermas Antônio Carlos	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	28/11/2023	28/11/2024	43.958	15	43.958	15
Palace Hotel de Poços de Caldas	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	23/12/2023	23/12/2024	79.661	30	79.661	30
Expominas BH	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	18/05/2023	18/05/2024	218.286	78	218.286	78
Palace Cassino de Poços de Caldas	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	15/05/2023	15/05/2024	92.857	32	92.857	32
Parque das Águas Doutor Lisandro	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	28/11/2023	28/11/2024	64.789	22	64.789	22
Carneiro Guimarães	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	28/11/2023	28/11/2024	23.576	17	23.576	17
Cassino e Museu das Águas de Lambari	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	28/11/2023	28/11/2024	23.576	17	23.576	17
Expominas Juiz de Fora	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	14/01/2023	14/01/2024	34.000	45	34.000	45
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	Responsabilidade civil (Processos judiciais, administrativos ou arbitrais que estejam relacionados com os atos de gestão de executivos)	27/10/2023	27/10/2024	25.000	188	25.000	188
Outros				26.766	108	26.766	108
Total				893.045	894	1.087.288	996

33 Outros assuntos

Em agosto de 2022, a Companhia contratou a FTI Consulting para realizar serviços de auditoria com a finalidade de verificar a regularidade e conformidade da aplicação e gestão de recursos em projetos, fundos de investimentos e aquisições de participações societárias realizados nos últimos anos.

O trabalho consistiu na realização de entrevistas, revisão de documentos e entendimento das transações auditadas, concluindo em um relatório apresentado em março de 2023. O trabalho foi encerrado sem que fossem identificadas irregularidades que pudessem afetar o patrimônio ou o resultado do Grupo.

O assunto encontra-se atualmente sob avaliação e apurações adicionais entendidas cabíveis de competência do Ministério Público, em procedimentos específicos autônomos para cada investimento do período de 2015 a 2018.

34 Eventos subsequentes

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares – Codemig à Codemge

Em fevereiro de 2024, foram reconhecidos dividendos com base no resultado de janeiro de 2024, no montante de R\$ 46.757. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de janeiro de 2024, no montante acumulado de R\$ 1.530. Os proventos foram totalmente recebidos em março de 2023.

Em março de 2024, foram reconhecidos dividendos com base no resultado de fevereiro de 2024, no montante de R\$ 79.022. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de fevereiro de 2024, no montante acumulado de R\$ 1.530. Os proventos foram totalmente recebidos em abril de 2023.

(b) Amortização do FIP Aerotec

Em fevereiro de 2024, foi deliberado pelos Cotistas do FIP Aerotec, a amortização parcial das Cotas do Fundo no valor total de R\$45.658. O Fundo concluiu a venda de duas investidas (Unicoba e Xrobots) em janeiro de 2024 e recebeu no mesmo mês a primeira parcela referente às vendas. A Codemge, detentora de 140.000 cotas, recebeu o valor total de R\$41.481, referente à amortização.

(c) Alienação terreno Curvelo

Em fevereiro de 2024, foi formalizada a alienação de terreno localizado na cidade de Curvelo ao Consórcio Terreno Curvelo. O terreno foi vendido por R\$7.800, com pagamento de sinal de 10% e o restante em 24 parcelas fixas com juros de 0,5% ao mês sobre o saldo devedor, totalizando R\$8.247. O ativo estava contabilizado por R\$616, gerando um ganho de R\$7.631.

(d) Autorização do TCEMG para alienação de imóvel em Ribeirão das Neves

Em fevereiro de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ("TCEMG") autorizou que a Companhia repassasse à Prefeitura de Ribeirão das Neves, a Fazenda Mato Grosso, localizado no mesmo município, para a construção de imóveis do programa habitacional do Governo Federal, "Minha Casa, Minha Vida". Dessa forma, agora o terreno integra a lista de ativos que foram autorizados a serem alienados pela Companhia.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1(c) e 14.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com sua parte relacionada, CODEMIG, em virtude dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio repassados por sua controlada que totalizaram R\$ 783.203 mil (R\$ 731.512 mil em 2022). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 23/04/2024



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Balanco-EM-CODEMGE-23-04-2024.pdf>

